



CONEXÕES RURAIS

*Mapeando as boas práticas
do III Intercâmbio da
Juventude Rural Brasileira*





CONEXÕES RURAIS

*Mapeando as boas práticas
do III Intercâmbio da
Juventude Rural Brasileira*

CONEXÕES RURAIS



*Mapeando as boas práticas
do III Intercâmbio da
Juventude Rural Brasileira*

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Guilherme Mattoso

REDAÇÃO

Andrea Guedes

Guilherme Mattoso

Marcos Gaspar

Helen Janata

REVISÃO TÉCNICA

Luiz André Soares

Marcos Marques de Oliveira

FOTOS

Almir Bindilatti

Andrea Guedes

Guilherme Mattoso

Gustavo Stephan

Helen Janata

Marcos Gaspar

FOTOS DOS DEPOIMENTOS

Elza Fiúza e Renato Araújo/ Agência Brasil
Divulgação

GRUPO DE APOIO E SISTEMATIZAÇÃO (GAS)

Joelnir Santana

Josiane Silva

Nazaré Cola

Rosiele Sousa

Rubenildo Campos

PROJETO GRÁFICO

Pós Imagem Design

IMPRESSÃO E FOTOLITO

Leograf Gráfica e Editora

REALIZAÇÃO

Instituto Souza Cruz

TIRAGEM

2.000 exemplares – edição limitada





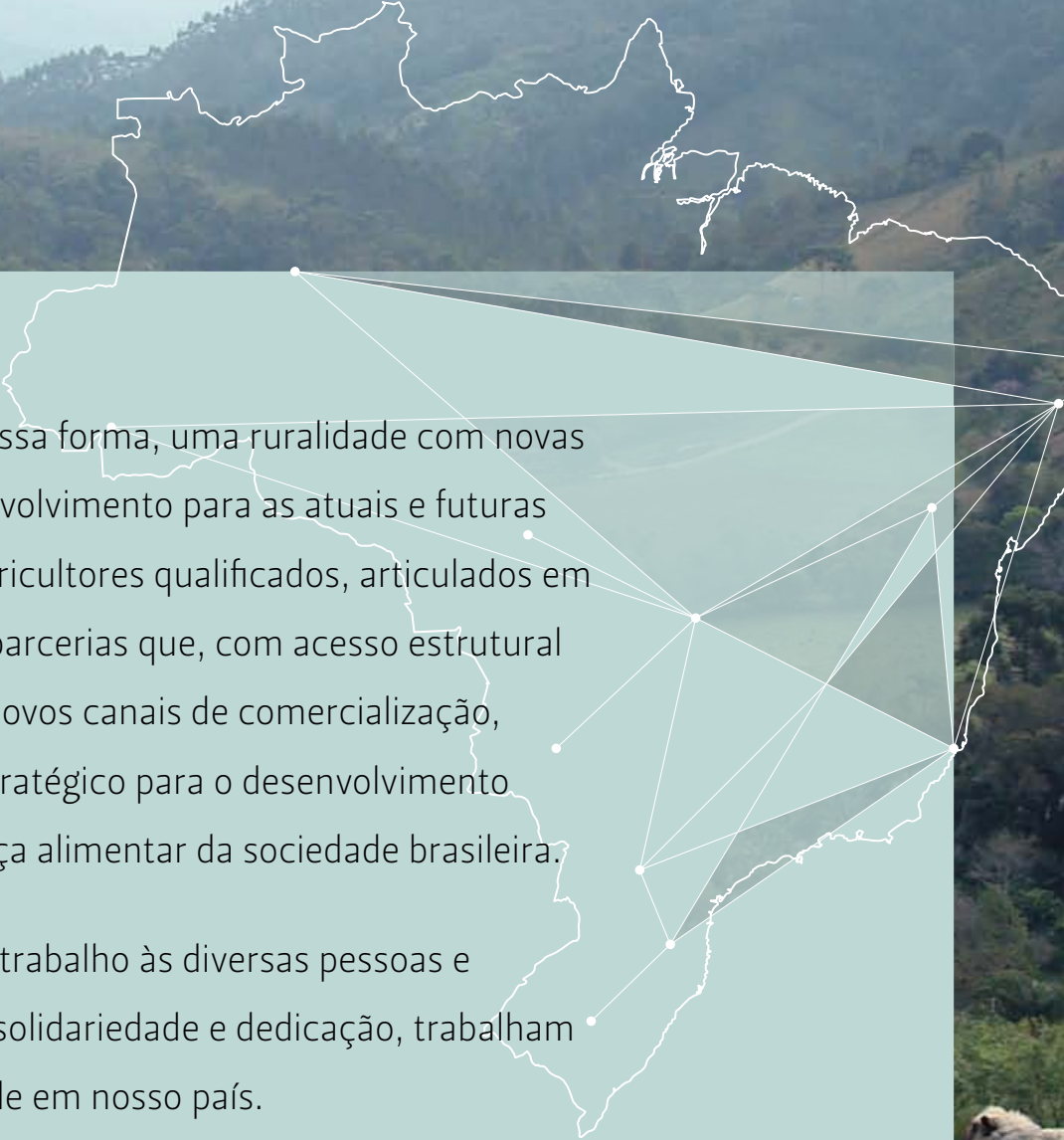
SUMÁRIO

Agradecimento	6
Apresentação	8
Uma rede interligada de ideias	10
A juventude rural se encontra	12
Boas Práticas:	
— <i>Sistema Agroecológico no Sertão do Pajeú</i>	14
— <i>Diversificação com fruticultura no Baixo Sul Baiano</i>	20
— <i>Sustentabilidade no Assentamento Rural de Serra Dourada</i>	26
— <i>Tratamento de Resíduos no Oeste Catarinense</i>	32
— <i>Empreendedorismo nas Encostas da Serra Geral</i>	38
— <i>Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura</i>	44
— <i>Meliponicultura no Baixo Amazonas</i>	50
— <i>Sistema Agroflorestal (SAF)</i>	56
— <i>Agroindústrias de Café nas Serras Capixabas</i>	62
— <i>Associação Comunitária Duas Serras</i>	68
Onde Encontrar	74
Expediente	76

AGRADECIMENTO

Esta publicação só foi possível devido à intensa participação dos educadores e líderes das organizações não-governamentais que fazem parte da Rede Jovem Rural e, especialmente, ao acolhimento dos agricultores familiares aos participantes do **III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira**, ocorrido entre junho e dezembro de 2010 em 11 estados brasileiros.

Conexões Rurais é resultado do empenho coletivo na busca por novos conhecimentos e trocas de experiências, do interesse em conhecer as diferentes práticas e percursos institucionais que alcançaram êxito no meio rural e do fortalecimento e da aproximação entre as organizações comprometidas com a educação e a sustentabilidade do campo.



A publicação projeta, dessa forma, uma ruralidade com novas oportunidades de desenvolvimento para as atuais e futuras gerações, a partir de agricultores qualificados, articulados em rede e organizados em parcerias que, com acesso estrutural a políticas públicas e a novos canais de comercialização, se tornam um grupo estratégico para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar da sociedade brasileira.

Dedicamos, assim, este trabalho às diversas pessoas e organizações que, com solidariedade e dedicação, trabalham para uma nova ruralidade em nosso país.

**REDE
JOVEM
RURAL**

APRESENTAÇÃO

AGRICULTURA, INOVAÇÃO E JUVENTUDE

Na minha juventude, aprendi que o Brasil – devido a um extraordinário conjunto de fatores favoráveis – reunia todas as condições para se tornar o maior celeiro mundial, se tomasse a modernização e a expansão da agricultura como prioridades em seus programas nacionais de desenvolvimento econômico e social.

Já não sou tão jovem quanto naquele tempo e o perfil econômico e demográfico do país também não é o mesmo. Mas continuo a acreditar que a agricultura em geral e, particularmente, a produção de alimentos, constituem pilares fundamentais de um projeto de construção do futuro.

Nas últimas décadas, devido ao crescimento vertiginoso das médias e grandes cidades e ao agravamento dos problemas sociais nas áreas mais urbanizadas, o Brasil se viu forçado a concentrar recursos no processo de industrialização, por

sua notória capacidade de gerar rapidamente oportunidades de trabalho e renda onde as demandas também eram maiores.

Hoje, entretanto, percebe-se claramente que, a partir de certo ponto, as grandes metrópoles industrializadas se tornam antieconômicas e incapazes de oferecer infraestrutura, trabalho, bens e serviços com a qualidade que a sua crescente população espera e exige. Por isso, a reorganização espacial do setor produtivo está deixando de ser opção, para se tornar uma exigência do nosso tempo.

É nesse cenário que tanto a agricultura familiar quanto os projetos agrícolas de grande porte passam a constituir uma alternativa estratégica de crescimento econômico e desenvolvimento social em nosso país. Isto significa que teremos de investir cada vez mais na difusão de conhecimentos, técnicas e serviços de apoio ao produtor rural.



Investir em infraestrutura de energia, transportes e comunicações. Cuidar da preservação ambiental e do correto manejo da terra e dos recursos hídricos. Ampliar as oportunidades de educação formal e especializada das crianças e dos jovens. E, ao mesmo tempo, investir na melhoria da educação fundamental, da saúde, da segurança, da habitação e da qualidade de vida das populações rurais.

Não há argumentos racionais na incompatibilidade que certos círculos costumam estabelecer entre a agricultura familiar e os projetos agrícolas de grande porte. O Brasil e o Espírito Santo contam com espaço, oportunidades e mercados, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor. Mas é preciso deixar claro que estamos dedicando atenção especial à agricultura familiar, por ser este o segmento de maior potencial de crescimento imediato, modernização, diversificação e geração de oportunidades para o trabalho dos jovens que desejam permanecer na sua terra e desempenhar

um papel relevante na economia, na sociedade e na cultura da sua região de origem.

A participação social, econômica, cultural e política desses jovens na vida da região é a melhor garantia de que os investimentos feitos pelo Governo, a partir de agora, irão se multiplicar no futuro, eliminar obstáculos históricos ao desenvolvimento regional e criar um cenário amplamente favorável ao estudo, ao trabalho e ao crescimento das novas gerações.

Estou convencido de que – somando os esforços das famílias, da sociedade, dos municípios, dos governos estaduais, dos organismos federais e da iniciativa privada – iremos acelerar essa caminhada rumo à expansão e fortalecimento da agricultura e à construção de um modelo válido para as novas etapas do desenvolvimento do Brasil. Penso que devemos isso à agricultura familiar, aos nossos jovens, ao nosso povo e ao nosso país.

RENATO CASAGRANDE,
*governador do estado
do Espírito Santo.*

UMA REDE INTERLIGADA DE IDEIAS

Defender política e coletivamente causas sociais, voltadas para o desenvolvimento do jovem do campo através da mobilização de pessoas e organizações na busca de soluções para problemas em comum.

A Rede Jovem Rural é um projeto coletivo formado por seis instituições que possuem em comum a preocupação e a ação em torno de projetos de educação e desenvolvimento do jovem rural. Liderada pelo Instituto Souza Cruz, a Rede é composta também pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul), Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta). A Rede Jovem Rural tem como foco a implementação de iniciativas de cooperação e defesa conjunta da causa da juventude rural brasileira.

O projeto possui os seguintes objetivos:

- Constituir-se como um espaço para troca de experiências em torno dos temas empreendedorismo do jovem e desenvolvimento sustentável em territórios rurais;
- Fortalecer os vínculos entre as instituições signatárias;
- Estimular a articulação entre instituições que se ocupam do apoio técnico, fomento ou análise de projetos voltados para o protagonismo do jovem rural;
- Fornecer subsídios para a criação de políticas públicas através da sistematização e divulgação das suas experiências de trabalho.

Visite o site da Rede Jovem Rural e saiba mais sobre nossos projetos e iniciativas:

WWW.JOVEMRURAL.COM.BR



A JUVENTUDE RURAL SE ENCONTRA



Conhecer novas culturas, paisagens e sotaques é uma aventura que amplia horizontes e transforma paradigmas.

O Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira é um projeto desenvolvido a cada dois anos com o objetivo de propiciar a integração dos participantes de diferentes ações institucionais voltadas ao estímulo do empreendedorismo, o desenvolvimento das noções de cidadania e a compreensão das diferenças entre os habitantes dos mais diversos territórios rurais de todas as regiões do país.

Além de contribuir para o fortalecimento institucional da Rede, o Intercâmbio permitiu uma intensa troca de experiências e, por consequência, o conhecimento de inovadoras técnicas de cultivo, gestão e vivência que estão sendo desenvolvidas pelos nossos agricultores familiares.

Ao longo do Intercâmbio, os jovens conheceram experiências que se tornaram referências nos territórios rurais percorridos, resultados de parcerias entre organizações não-governamentais, agentes públicos e movimentos sociais – em conjunto com as práticas empreendedoras e inovadoras da agricultura familiar.

Nesta publicação, são apresentadas dez boas práticas, identificadas pelas organizações que receberam os intercambistas, registradas dentro das atividades programadas durante cada etapa da ação, retratando a diversidade das regiões rurais e compartilhando diferentes iniciativas que estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável do campo brasileiro.

MAPA DO BRASIL E ETAPAS DO INTERCÂMBIO

**1ª ETAPA – 27/06 A 08/07/2010**

Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) – PE

2ª ETAPA – 11/07 A 22/07/2010

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia (PDIS Baixo Sul) – BA

3ª ETAPA – 01/08 A 19/08/2010

Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro-Oeste e Tocantins (AEFACOT) – MS, MT, GO

4ª ETAPA – 08/08 A 19/08/2010

Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar Sul) – SC

5ª ETAPA – 22/08 A 02/09/2010

Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) – RS, PR, SC

6ª ETAPA – 05/09 A 16/09/2010

Movimento de Organização Comunitária (MOC) – BA

7ª ETAPA – 17/09 A 30/09/2010

Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Amazonas (Arcafar – AM) – AM

8ª ETAPA – 10/10 A 21/11/2010

Escola da Floresta – AC

9ª ETAPA – 07/11 A 18/11/2010

Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) – ES

10ª ETAPA – 28/11 A 09/12/2010

Programa de Apoio à Educação Rural (PAER) – PB

DADOS DO INTERCÂMBIO

- 12 estados
- 22 territórios
- 83 municípios brasileiros
- 116 jovens rurais
- 12 organizações participantes

GAS

O Grupo de Apoio e Sistematização (GAS) é formado por jovens rurais protagonistas representantes ou beneficiários das instituições que integram a Rede Jovem Rural. Em 2010, os jovens do GAS participaram da organização e sistematização dos registros do III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira.

Joelnir Santana (MOC), Josiane Silva (Adjer), Nazaré Cola (Mepes), Rosiele Sousa (Aefacot) e Rubenildo Campos (PAER) acompanharam, em diferentes etapas, a equipe do Instituto Souza Cruz, durante a realização do III Intercâmbio, dividindo e coordenando responsabilidades.

SISTEMA AGROECOLÓGICO NO SERTÃO DO PAJEÚ





No município pernambucano de Afogados da Ingazeira, a assistência técnica do Sertão impulsionou um processo de mudança na produção da família Faustino, pioneira na conversão para o sistema agroecológico e na introdução da permacultura. Os resultados obtidos, como a ampliação da renda familiar e o aumento da segurança alimentar, são exemplo para os outros habitantes da localidade.

A cisterna “calçadão” foi
construída pela família Faustino
para a captação da água da chuva



Algumas culturas, como o milho e o feijão, tiveram êxito através do plantio no sistema agroecológico



A primeira etapa do III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira foi realizada no estado de Pernambuco, entre os dias 27 de junho e 7 de julho. A organização receptora, o Serviço de Tecnologia Alternativa – mais conhecida pela sigla SERTA, desenvolve suas atividades em duas regiões: na Zona da Mata, com sede no município de Glória do Goitá; e no Sertão pernambucano, cuja unidade fica em Ibimirim. São duas décadas de atividades com a missão de formar jovens, educadores e produtores familiares para atuar na transformação das suas circunstâncias e na promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

Entre tantas iniciativas, destaca-se o projeto Desenvolver o Território, financiado pela Petrobras, e que envolve diretamente 475 pessoas, entre jovens e produtores rurais da Zona da Mata Norte, Agreste Setentrional, Sertão do Moxotó e Sertão do Pajeú. Este grupo é contemplado nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que impulsionam a produção e comercialização nos diferentes segmentos do mercado pernambucano, através do que chamam de “Corredor Produtivo”. A perspectiva é estruturar postos de vendas e organizar feiras de produtores orgânicos em 20 municípios. O SERTA possui ainda outras ações como o projeto Formação de Jovens do Sertão e a Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads).

O roteiro da etapa foi direcionado para as propriedades de referência dos Agentes de Desenvolvimento Local (ADL), formados nos cursos técnicos da entidade na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão, dentro dos princípios da agroecologia

e da permacultura. Nos municípios de Itabira e Afogados da Ingazeira, ambos no Sertão do Pajeú, os intercambistas conheceram duas unidades familiares de produção que realizaram a transição do sistema convencional para o agroecológico através de tecnologias alternativas. Este processo é resultado da formação de associações, projetos, parcerias institucionais e assistência técnica aos agricultores familiares durante a última década. As transformações destas propriedades resultaram na consolidação da produção de alimentos orgânicos, comercialização direta nas feiras e acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

A boa prática registrada retrata a transição do sistema convencional para o agroecológico de duas unidades familiares de produção. Na primeira propriedade, em 2000, a família Faustino adquiriu, com recursos próprios, 12 hectares de terra no município Afogados da Ingazeira. No início, foram implementadas as culturas do milho, feijão, quiabo e pimentão, que eram comercializadas por atravessadores. Visando o fortalecimento da agricultura familiar na localidade, a família Faustino organizou a fundação de uma associação comunitária, originalmente com 20 produtores, que começaram seus negócios a partir de um banco de sementes fornecido pela prefeitura.

Neste início, o uso de agrotóxicos no plantio ocorria em todas as propriedades. Mas, com a assistência técnica do SERTA, a família Faustino se tornou pioneira de um processo de mudança na forma de



Intercambistas conhecem o rio temporário no semiárido pernambucano

planejar e produzir. O conceito de permacultura foi introduzido com o zoneamento e integração da propriedade. Algumas áreas no entorno da residência foram destinadas para pequenas hortas e frutíferas, restritas ao consumo familiar. Com o passar do tempo, os agrotóxicos deixaram de ser utilizados. Foram ainda construídas uma cisterna convencional e um “calçadão” (instrumento para captação da água da chuva), além de um reservatório de zinco com grãos, para garantir a segurança alimentar da unidade familiar durante o período da estiagem.

Algumas culturas, como o milho e o feijão, tiveram êxito através do plantio pelo sistema agroecológico. Já o tomate e o algodão não foram adiante. A utilização de repelentes naturais e o esterco do gado para as hortas, nas duas primeiras culturas, aumentaram a qualidade do solo e ajudaram na prevenção de pragas, sem, portanto, a necessidade da utilização de produtos químicos.

A comercialização dos produtos, antes nas mãos de atravessadores, passou a ocorrer em feiras de produtos orgânicos. Além disso, cerca de 10% da produção passou a ser destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os principais resultados, com a transição para o sistema agroecológico, para o qual o Sertão contribuiu, foram: a ampliação da renda familiar; ocupação para três novos membros familiares; a aquisição de novas terras, inclusive com a construção de uma nova residência; a diversificação das culturas agrícolas; e, por fim, o aumento da segurança alimentar da família, que está servindo de exemplo para os outros habitantes da localidade.

EU CONHEÇO O TRABALHO

Bem que a palavra “certa” em nosso idioma poderia doravante ser escrita com “S”. Nada pode incorporar tão adequadamente o significado de precisão, exatidão e ajustamento que a proposta do Serto, com S, essa organização da sociedade civil encravada no interior de Pernambuco que se transformou em referência nacional nas temáticas de educação do campo e juventude rural. Conheço o Serto de longa data, desde suas origens fincadas em compromissos reais com a realidade rural nordestina, passando pela incessante busca de alternativas viáveis para uma agricultura familiar sustentável, por sua trajetória na luta por uma educação de qualidade e contextualizada no meio rural, até a feliz inserção no desafio de encontrar soluções para os jovens do campo, tendo neles mesmo a força motriz dessa proposta.

O Serto é um celeiro de criatividade e inovação permanente. A própria organização transpira juventude. E consegue realizar esse contínuo processo de mudança e evolução mantendo uma linha metodológica própria ao longo do tempo, na medida em que modificam e introduzem novos projetos, temas e conteúdos. E o mais importante, no meu ponto de vista, é o protagonismo dos jovens nessa entidade. Sinto que ali conseguem dar vazão a toda a sua força criadora. A animação de seus sonhos, embalados pela inquietação juvenil, pela alegria e energia peculiares, é pedagogicamente catalisada para um amplo processo de construção coletiva que combina resultados e compromissos com eles mesmos, suas comunidades e o Brasil Rural.

Ah, se no Brasil houvesse muitas outras experiências como essa no meio rural! Estaríamos todos fazendo a coisa certa. Ou seria a coisa Serto?



HUMBERTO OLIVEIRA

Humberto Oliveira é tecnólogo em Cooperativismo e especialista em Comércio Exterior. Ocupou os cargos de secretário nacional de Desenvolvimento Territorial e secretário executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do MDA nos oito anos do governo Lula.

EU ESTIVE LÁ

Apreendi muitas experiências nesta viagem, entre elas, a forma de trabalhar das famílias que têm uma grande preocupação com a saúde, e passaram a consumir e produzir uma grande diversidade de alimentos orgânicos. O que mais me chamou a atenção no Intercâmbio foram as diversas formas de irrigação utilizadas por estas famílias. Através dessas tecnologias inovadoras, a água é utilizada de forma racional e econômica. Se pensarmos no problema da escassez, essas alternativas são de grande valor para a agricultura familiar.



VALDIR SOUZA (MOC)

Antônio Cardoso (BA)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Marli Santos (MOC) **PRES. TANCREDO NEVES - BA**
 Valdir Souza (MOC) **ANTÔNIO CARDOSO - BA**
 Deise Americano (AEFACOT) **ITAQUIRAÍ - MS**
 Ivan Rodrigues (Cedejor) **CANDELÁRIA - RS**
 Ketlin Cerqueira (MOC) **TANQUINHO - BA**
 Janete Valani (Mepes) **CASTELO - ES**
 André Nunes (Cedejor) **LAGOÃO - RS**
 Janeide Santos (PDIS) **CAIRÚ - BA**
 Angélica Cavagnóli (Cedejor) **PEDRAS GRANDES - SC**
 Cássio Formaciari (Mepes) **MARILÂNDIA - ES**
 Éderson Godois (Arcafar-Sul) **MODELO - SC**
 Daniel Venturin (Mepes) **LINHARES - ES**

DIVERSIFICAÇÃO COM FRUTICULTURA NO BAIXO SUL BAIANO





O trabalho do Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável (PDIS), direcionado para a formação de jovens rurais, dinamiza a agricultura familiar no Baixo Sul da Bahia, região conhecida por ser a maior produtora de cacau do país. A partir dos novos conhecimentos, a família de Necildo Silva dos Santos passou a diversificar a produção dedicando-se à fruticultura.



A segunda etapa do III Intercâmbio foi realizada no período entre 11 e 21 de julho, na região do Baixo Sul da Bahia. Ao todo, 12 jovens de diferentes estados como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, Amazonas, Paraíba e Pernambuco participaram da etapa.

A região do Baixo Sul da Bahia é formada por 11 municípios, onde vivem 270 mil pessoas. A região, conhecida por sua diversidade ambiental e riqueza de patrimônios históricos, apresenta-se como uma das mais pobres do estado, limitando seu potencial de desenvolvimento sustentável. Para reverter esse quadro de contradição, setores organizados da sociedade civil se uniram aos governos Federal, Estadual e Municipais, à iniciativa privada e à Fundação Odebrecht, formando um sistema inovador de Governança, onde o primeiro, o segundo e o terceiro setores atuam de forma integrada e sinérgica para promover a inclusão social.

Com a instituição do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de APAs do Baixo Sul da Bahia (PDIS), a partir de 2003, uma nova realidade para a região começou a se tornar possível.

Hoje, o PDIS está presente em oito municípios da região, com projetos de educação para jovens rurais, criação de cooperativas, promoção da cidadania e conservação ambiental. Entre os resultados obtidos, em quase dez anos, encontram-se: redução do quadro de êxodo rural; diminuição da evasão escolar; limitação da pesca extrativista e do desmatamento da mata nativa; e, por fim, a elevação da produtividade média do plantio da mandioca em cerca de

Criação de abelhas é uma das atividades da CFR de Igrapiúna



300%. Um exemplo, portanto, do que se chama desenvolvimento sustentável, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e justiça social.

CASAS FAMILIARES

Responsáveis por esse processo, a Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha (CFAF), a Casa Familiar do Mar de Cairu (CFM), a Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) e a de Igrapiúna (CFR-I) são projetos do PDIS Baixo Sul que têm o objetivo de formar jovens empresários rurais comprometidos com o desenvolvimento de suas comunidades e da região. As ações das Casas Familiares Rurais (CFR) mesclam períodos de uma semana em regime integral, com aulas práticas e teóricas, articuladas com duas semanas



de aplicação do conhecimento adquirido na propriedade familiar. As Casas funcionam também como centros de difusão de tecnologias produtivas e conservação ambiental.

Desde 2007, essas entidades recebem recursos provenientes do Projeto Tributo ao Futuro, uma parceria entre a Fundação Odebrecht e a Odebrecht Organizações que destina parcela do imposto de renda à manutenção das Casas e aos projetos dos jovens que concluem a formação e se destacam, permitindo que os mesmos tenham condições de implementar seus projetos produtivos e gerar renda em suas propriedades. Favorecem, portanto, a permanência no campo.

Os intercambistas dessa etapa foram recebidos na CFR de Presidente Tancredo Neves. De lá se

dividiram para outras três unidades em diferentes municípios da região, participando de atividades culturais, visitas técnicas e, entre outras atrações, passeios turísticos. Durante alguns dias, os participantes também ficaram hospedados nas casas dos jovens agricultores familiares e pescadores, tendo um contato próximo com a realidade e o dia a dia local.

DIVERSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

E é ali no Baixo Sul, região conhecida por ser a maior produtora de cacau do país, que o jovem Necildo Silva dos Santos, de 22 anos, vive com os pais e dois irmãos. Até 2008, a propriedade dessa família, de 20 hectares, não se diferenciava das outras da região.

**Necildo Silva dos Santos
somou outras culturas à
produção de cacau**

RESULTADOS:

- **0,5 HECTARES DE CACAU**, com recursos da unidade familiar;
- **0,5 HECTARES DE MARACUJÁ e 06 HA DE BANANA**, com **50%** do recurso proveniente do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) – Programa Tributo ao Futuro e os outros **50%** com recursos da unidade familiar;
- **350 PÉS DE SERINGUEIRA**, com apoio da Secretaria Municipal de Agricultura de Presidente Tancredo Neves.
- A renda individual do jovem é de **R\$ 400** mensais e a da família é de **R\$ 3.800**.

DESAFIOS

- Cerca de **90% DA PRODUÇÃO** ainda é vendida para atravessadores e levada para feiras livres e indústrias e 10% para a Cooperativa e consumidor.



Extração de seringa no
Baixo Sul da Bahia

A partir desse ano, com o ingresso do jovem na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, no município de mesmo nome, à produção de cacau somou-se outras culturas. O que aprendia na Casa, ele aplicava nas suas terras. Acabou por diversificar bastante a produção, dedicando-se, especialmente, à fruticultura. Iniciou tudo através de um financiamento, obtido pelo projeto “Educativo-Produtivo”, ligado ao programa Tributo ao Futuro (veja adiante), que viabilizou a plantação de 240 pés de banana.

Hoje, a família de Necildo é referência para as unidades produtivas vizinhas.

TRIBUTO AO FUTURO

O Tributo ao Futuro é um dos programas da Fundação Odebrecht no Baixo Sul. Os jovens que dele participam são preparados para se tornar agentes de desenvolvimento local, líderes e disseminadores de valores solidários, éticos e transformadores.

Os projetos apoiados pelo Tributo ao Futuro têm foco em ações que levam educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento social e profissional na zona rural, atingindo milhares de jovens e, por consequência, seus familiares.

O programa tem como base a lei 8.069/90, que institui os Fundos dos Direitos da Infância e da Adolescência (FIA), entes financiadores de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Os Fundos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), compostos por representantes do poder público e sociedade civil.

Os investimentos efetivados pelo programa vão para o FIA do município de Presidente Tancredo Neves, que repassa os valores para a Casa Familiar Rural e o Instituto Direito e Cidadania (IDC), projetos integrados ao PDIS.

EU CONHEÇO O TRABALHO

A experiência da Fundação Odebrecht com o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia (PDIS) tem se mostrado cada dia mais desafiador e nos motivado a concluir que estamos no caminho certo.

Sempre tivemos a consciência de que a unidade-família é a célula máter da geração da riqueza moral e material da sociedade e de que, nela, os jovens desempenham o papel de agentes protagonistas da transformação.

Por isso, em todas as iniciativas que apoiamos, procuramos estimular a participação do jovem como sujeito ativo, agente multiplicador e promotor de ações sociais. Protagonistas de seus destinos, eles constituirão uma nova geração educada, saudável e estruturada para a vida produtiva, promovendo, de forma contínua, o seu autodesenvolvimento e a transformação de comunidades da zona rural.

A palavra-chave para conseguirmos transformar a realidade social é “parceria”. O Desenvolvimento Sustentável não admite predominância de setores ou segmentos econômicos. Não é sinônimo de enriquecimento de alguns e empobrecimento e marginalização de outros. É preciso a busca de novos paradigmas, mais eficazes, com novos conhecimentos, valores éticos e limites certos, que remunerem justamente a contribuição de todos, no jogo do Ganha-Ganha. Por meio do desenvolvimento de ações em conjunto com os Governos Federal, Estadual e Municipais, Sociedade Civil e Iniciativa Privada – o que forma um sistema inovador de Governança Participativa – é possível promover esta inclusão social.



MAURICIO MEDEIROS

Mauricio Medeiros é formado em Administração de Empresas e membro do Conselho de Governança do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). Ingressou na Organização Odebrecht em 1980 e é o atual presidente executivo da Fundação Odebrecht.

EU ESTIVE LÁ

Através do Intercâmbio, conheci a realidade e a vivência de famílias de outros lugares, acompanhei tudo de perto, indo até suas casas e participando das atividades das propriedades. Conheci também a organização e apoio que os jovens recebem das Casas Familiares Rurais e seus projetos sendo postos em prática. O que vi de mais interessante nessa convivência foi a superação das dificuldades destas famílias, pois eles acreditam em si, nos seus objetivos e sonhos de vida.



CARLOS ANDRÉS FUNEZ ZENATTI (AEFACOT)

Rio Brilhante (MS)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Carlos Zenatti (AEFACOT) **RIO BRILHANTE (MS)**
 Elzileidy Viana (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Gabriel Rodrigues (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Marcela Gomes da Silva (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Djonatan Menteges (Arcafar-Sul) **SAUDADES (SC)**
 Edson Barimaquer (Arcafar-Sul) **FREDERICO WESTPHALEN (RS)**
 Everton Lizot (Arcafar-Sul) **FREDERICO WESTPHALEN (RS)**
 Renato Adão Kovalski (Cedejor) **MALLET (PR)**
 Danielle Neumann (Cedejor) **IRATI (PR)**
 Deane de Oliveira Souza (PAER) **SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS (PB)**
 Tamiris Manuelle Silva (Sertã) **RIBEIRÃO (PE)**
 Damião de Souza Melo (Serta) **ITAÍBA (PE)**

SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO RURAL DE SERRA DOURADA (GO)





Em Goiás Velho, cidade símbolo da reforma agrária, o cultivo de hortaliças no assentamento Serra Dourada ganha destaque pela gestão do negócio, que envolve desde a produção até a comercialização. O projeto consorciado está gerando trabalho e renda para quatro famílias de agricultores.

A terceira etapa do III Intercâmbio ocorreu no Centro-Oeste do país, região do Cerrado Brasileiro onde a agricultura familiar vem sendo ameaçada pelo avanço da monocultura de grãos (especialmente soja) e a forte presença do agronegócio. Entre os dias primeiro e 11 de agosto, jovens originários de Santa Catarina, Espírito Santo, Acre, Bahia, Pernambuco e Paraíba foram recebidos na Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro-Oeste e Tocantins (AEFACOT), no município de Orizona, localidade que registra ainda forte presença de produtores de leite, que atendem cooperativas e empresas do setor.

O roteiro organizado pela instituição anfitriã distribuiu os visitantes pelos estados de Goiás e Mato Grosso. Além de Orizona, também foram conhecidas as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) de Goiás Velho, Uirapuru e Querência. Os intercambistas tomaram contato com experiências com gado leiteiro e de corte, psicultura, apicultura, horticultura e culturas locais como o piqui e o polvilho.

A AEFACOT, que é formada ainda por outras 6 EFAs, está presente também nos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins. A organização teve como base para sua construção a mobilização de diversas associações de agricultores, muitas delas ligadas a assentamentos da reforma agrária. Oferecendo cursos de nível médio e técnico em agropecuária, a entidade conta com financiamento da Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (SIMFR), além de estabelecer convênios com municípios, estados e o governo federal. Constam também como parceiros diversos Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais (STR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, e outras entidades religiosas.

ASSENTAMENTO RURAL

A boa prática registrada nesta etapa retrata a produção de hortaliças no assentamento rural Serra Dourada, em Goiás velho, antiga capital do estado e cidade símbolo da reforma agrária. A região possui forte presença de movimentos sociais pioneiros na constituição de assentamentos rurais, muitos deles ligados à Igreja Católica, tal como a já citada CPT, aos Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente, só em Goiás Velho, existem 22 assentamentos, onde residem 760 famílias.

O assentamento Serra Dourada, por exemplo, é um projeto consorciado, dividido em parcelas de 2,5 hectares cada, que produz predominantemente hortaliças. O ex-diretor da Escola Família Agrícola de Goiás (Efago), José Osmar Marques, foi o primeiro assentado em 2000. Com o apoio da Diocese local e da CPT, obteve recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Após a construção da casa, a atividade desenvolvida foi a produção de hortaliças, devido à percepção da pequena oferta no mercado local e também às condições favoráveis, como água disponível e solo fértil. A primeira estufa da região foi construída na própria Efago, e passou a servir como laboratório para os agricultores.

Com os recursos do INCRA, e também do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária



(Pronera), outras estufas foram sendo construídas nas parcelas – como são chamados os núcleos de terra – visando a sustentabilidade dos assentados. O investimento no projeto da parcela mais recente de Serra Dourada foi de aproximadamente R\$ 40 mil, divididos entre custeio da lavoura, assistência técnica, ferramentas, aquisição de animais e construção da residência.

A produção em cada uma dessas parcelas depende de estufas, microtrator, montacanteiros, uso de cal

para controle de fungos, plantação por semente por canteiro e irrigação por gravidade. Na mais produtiva, estão sendo utilizados 30 mil litros de água (proveniente do córrego) por dia e o custo de energia é de R\$ 250 por mês. O ciclo completo para a produção de hortaliças é de 7 semanas. Tempo suficiente para que as mudas estejam prontas para a colheita, passando antes 25 dias no viveiro de mudas e 28 no canteiro. A produção de outras culturas – como a couve, cebola e frutas – são feitas separadamente.

Os processos de lavagem e separação das hortaliças integram o ciclo produtivo no assentamento Serra Dourada



No cerrado brasileiro, a descoberta de novas paisagens e culturas

A comercialização dos alimentos é realizada na cidade de Goiás Velho que possui estradas acessíveis e permite a distribuição em supermercados, feiras e restaurantes. Além disso, 30% da produção são destinados para programas governamentais através da Cooperativa de Pequenos Agricultores Familiares e Região (COOPAR).



A primeira parcela do assentamento já alcançou a produção de 3 mil pés de alface por semana, gerando trabalho e renda para quatro famílias de agricultores. Atualmente, a cooperativa busca a diversificação investindo na produção de polpas de frutas. Fora isso, também são comercializados alface, couve, rúcula, agrião, mostarda, brócolis e frutas como a mexerica e o maracujá.

EU CONHEÇO O TRABALHO

Tive a oportunidade de conhecer o trabalho realizado pela AEFACOT em agosto de 2008, quando percorri milhares de quilômetros para conhecer diversos projetos de Educação do Campo que estão ajudando a fortalecer a agricultura familiar brasileira. Foi, certamente, uma das visitas que mais me marcou, especialmente por verificar a potencialidade criativa e flexível de aplicação da Pedagogia da Alternância, uma das mais interessantes e revolucionárias metodologias educativas que temos hoje em desenvolvimento no país.

No Sul Goiano, na Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), pude testemunhar a resistência de um grupo de pequenos produtores rurais aos impactos perversos do avanço das *plantations* de grãos que assustam o Centro-Oeste; que se serve para ajudar, como dizem, o saldo positivo da nossa Balança Comercial, nem sempre leva em conta os prejuízos culturais, sociais e ambientais que acarretam. Já em Campo Grande, na EFA Rosalvo Rocha Rodrigues, chega a emocionar a forma inovadora com que educadores e educandos estão criando para dar sustentabilidade aos diversos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Ao tomar contato com o que realiza a AEFACOT, ficaram mais claras, para mim, as vantagens, inclusive econômicas, que o Brasil pode obter se adotar, de forma mais arrojada, uma estratégia de desenvolvimento rural que tenha como pilar a promoção intensiva da agricultura familiar – especialmente se ela estiver conectada a uma proposta educacional com capacidade de articular, de maneira inteligente, profissionalização com formação cidadã.



MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA

Jornalista e cientista social. Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor de Sociologia da Educação do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF). Entre 2003 e 2009, atuou como Assessor de Projetos Sociais do Instituto Souza Cruz, onde coordenou o II Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira, em 2008.

EU ESTIVE LÁ

Visitamos a propriedade do senhor Antônio que com 2,5 hectares produz hortaliças, frutas e polpas de frutas totalmente orgânicos, e revende seus produtos no mercado local e também para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Dessa forma, ele garante renda e independência dos grandes latifundiários, sendo para os demais agricultores da região um exemplo a ser seguido. Conhecer esta experiência foi muito importante, pois pude perceber que os produtores da minha região, em Pernambuco, acham que com pouca terra não se consegue produzir de forma independente e sustentável.



JOANA LINO (SERTA)

Caetés (PE)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Francieli Bett (Cedejor) **LAURO MÜLLER (SC)**
 Ricardo Lima (Mepes) **MARATAÍZES (ES)**
 Woshington Andrade (PAER) **BOA VISTA (PB)**
 Daniela Assunção (PDIS Baixo Sul) **IGRAPIÚNA (BA)**
 Missilene Silva (Serta) **AFOGADOS DA INGAZEIRA (PE)**
 Santileude Silva (Escola da Floresta) **BUJARI (AC)**
 Necildo Santos (PDIS Baixo Sul) **PRES. TRANCREDO NEVES (BA)**
 Joana Lino (Serta) **CAETÉS (PE)**
 Maria Costa (Escola da Floresta) **MARECHAL THAUMATURGO (AC)**
 Francisca Lima (Escola da Floresta) **RODRIGUES ALVES (AC)**
 Silvana Lima (Mepes) **MIMOSO DO SUL (ES)**

TRATAMENTO DE RESÍDUOS NO
OESTE CATARINENSE





Um dos problemas de maior impacto ambiental no Oeste Catarinense é o excesso de esterco proveniente dos inúmeros aviários e chiqueiros que dominam a paisagem da região. Para minimizar os impactos e transformar o excesso de dejetos em produto, o jovem Vagner Paludo e seu pai, Leonel, desenvolveram um sistema inovador de esterco seco.



Entre os dias 8 e 18 de agosto, ocorreu a quarta etapa do III Intercâmbio, com a participação de 12 jovens desejosos de explorar as regiões do Oeste Catarinense e do Médio Alto Uruguaí, no Rio Grande do Sul. A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul), membro da Rede Jovem Rural, os recebeu na Casa Familiar Rural (CFR) do município de Seara (SC).

Divididos em grupos, os intercambistas vivenciaram diferentes experiências nas CFRs de Iporã do Oeste, Modelo, Saudades e Quilombo, em Santa Catarina; e Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul. O frio, no auge do inverno catarinense, acompanhou os jovens durante toda a etapa, com direito a temperaturas negativas em alguns dias. Suinocultura, avicultura e gado de leite são as principais atividades na região, que também é conhecida pelas belezas naturais dos remanescentes de mata atlântica e pela tradição italiana e alemã, fruto da colonização europeia na região.

DESENVOLVENDO NOVOS ATORES

A Arcafar-Sul foi fundada no início dos anos 1990, no município de Barracão (PR), como associação cultural e beneficente, com foco na coordenação de ações em prol do desenvolvimento de jovens agricultores, objetivando a criação de oportunidades para a permanência no campo e proporcionando uma formação integrada com a realidade local. Dessa forma, a associação busca oferecer condições para a inserção desses jovens nas comunidades, gerando novas oportunidades de geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade.

Atualmente, a Arcafar-Sul está presente em 204 municípios nos três estados do Sul do Brasil. Ao todo, são 70 Casas Familiares Rurais e duas Casas Familiares do Mar. Através da Pedagogia da Alternância, a associação busca levar aos jovens do campo a melhoria dos conhecimentos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, visando formar as pessoas, e com isto estimulando a formação integral e profissional, de acordo com a realidade em que vivem.

TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Um dos problemas de maior impacto ambiental no Oeste Catarinense é o excesso de esterco proveniente dos inúmeros aviários e chiqueiros que dominam a paisagem da região. O solo, os lençóis freáticos e os rios tornam-se poluídos e comprometem a sustentabilidade da região. Pensando em minimizar os impactos da produção e transformar o excesso de dejetos em produto, o jovem Vagner Paludo, de 21 anos, e seu pai, Leonel, decidiram implementar na propriedade, na comunidade de Preferido Alto, em Iporã do Oeste, um sistema inovador de esterco seco.

“O esterco beneficiado, comparado com a versão *in natura*, tem melhor qualidade, pode ser ensacado e armazenado, não tem cheiro forte e é fácil de manusear. A iniciativa é pioneira na região e há bastante procura pelo produto”, explica Vagner.

COMO SURTIU

A ideia de implementar o sistema surgiu em 2008 através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Iporã do Oeste, que organizou uma visita ao



Vagner Paludo e a tecnologia para a produção do esterco seco



A tecnologia da família Paludo minimiza os impactos ambientais dos dejetos no Oeste Catarinense



município de Concórdia, onde o processamento já era desenvolvido por produtores locais. Em uma primeira etapa, a família pesquisou sobre o sistema, fez análise de mercado e viabilidade econômica, para, em um segundo momento, implantar a tecnologia.

O esterco líquido sai dos chiqueiros através de dutos e é depositado em uma cama de serragem. Com uma máquina própria para o preparo, um sistema de hélices remexe a mistura quatro vezes ao dia durante nove meses. Ao final do processo, o adubo pode ser estocado e comercializado. O saco de 30 kg custa R\$ 5 e o de 40 kg R\$ 7.

A máquina teve um custo de R\$ 16 mil. O galpão, construído em parte com material de demolição, custou R\$ 45 mil. Para processar 100% dos dejetos, a família teria que construir mais duas estruturas para atender a propriedade. Atualmente, Vagner, seu irmão e sua mãe trabalham no processo. A propriedade, de 23,7 hectares, produz suínos, aves, gado de leite e milho para silagem. Também trabalham o pai e os avós do Vagner que, hoje, gerencia a propriedade.

“Atualmente conseguimos produzir 300m³ de esterco seco e a ideia é expandir a produção para conseguirmos dar conta de todo o dejetos produzido pelos suínos da propriedade. Por enquanto, ainda somos os únicos que trabalham com esterco seco na região e o negócio tem se tornado uma ótima fonte de renda extra para a minha família”, conclui Vagner.

EU CONHEÇO O TRABALHO

Para um programa de fortalecimento da juventude rural, o acesso à educação é um dos instrumentos prioritários e as Casas Familiares Rurais vêm se mostrando como a melhor alternativa para a Educação Básica para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio, estabelecendo relação expressiva entre a família, comunidade e escola. Em cada Casa Familiar Rural, unindo a associação local (pais, famílias, profissionais, instituições) e a Pedagogia da Alternância, constrói-se de forma participativa, alternando ensino – aprendizagem na escola e propriedade, a formação integral dos jovens dando a eles a possibilidade de construção de um projeto que contribua no desenvolvimento sustentável do meio rural em todas as suas funções. Os resultados que as Casas Familiares Rurais têm apresentado são muito animadores e vão se constituindo como um modelo de educação para o fortalecimento da juventude rural.

A Arcafar-Sul tem hoje reconhecimento pelos governos do estado com convênios para viabilizar a crescente demanda dos jovens rurais, e reconhecimento do governo federal com convênios com diferentes Ministérios, como o MDA. Neste Ministério, construiu-se um programa de assistência técnica aos agricultores familiares através da experiência exitosa dos projetos dos jovens rurais e da ação dos quadros de professores das Casas Familiares Rurais. Nos territórios, a Arcafar-Sul tem assento nos Conselhos Estaduais e Territoriais de Desenvolvimento Rural, e tem sido parceira nas políticas construídas por estes conselhos, beneficiando-se de investimentos para continuar apoiando a educação dos jovens rurais.



VALTER BIANCHINI

Valter Bianchini é agrônomo, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), técnico do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR). Foi secretário nacional da Agricultura Familiar do MDA e secretário estadual de Agricultura do Paraná.

EU ESTIVE LÁ

Entendo que as realidades sociais e ambientais, acima de tudo, merecem ser melhor divulgadas a partir dos exemplos daqueles que trabalham a propriedade de maneira diversificada e inovadora, como o sistema de compostagem de esterco seco que conheci ao visitar o jovem Wagner Paludo.

A iniciativa do Wagner e sua família serve como modelo para a agricultura familiar brasileira e reflete a minha percepção do Oeste Catarinense como uma região onde o povo é rico, trabalhador e empreendedor.



MARIA JOSÉ DA SILVA (PB)

Serra Branca (PB)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Luis Bertoldo (AEFACOT) **ORIZONA (GO)**
 Thais Sousa (AEFACOT) **ORIZONA (GO)**
 Fyama Coutinho Costa (PDIS Baixo Sul) **ITUBERÁ (BA)**
 Jocemar Concatto (Cedejor) **ARROIO DO TIGRE (RS)**
 Vanderlei Faria (Escola da Floresta) **ACRELÂNDIA (AC)**
 Jéssica Pereira (Escola da Floresta) **PLÁCIDO DE CASTRO (AC)**
 Annúbia Ormonde (Escola da Floresta) **ACRELÂNDIA (AC)**
 João Marotto (Mepes) **ALFREDO CHAVES (ES)**
 Flaviana Cerqueira (MOC) **SANTANÓPOLIS (BA)**
 Maria Elaina Silva (PAER) **SERRA BRANCA (PB)**
 Maria José Silva (PAER) **SERRA BRANCA (PB)**
 Janielle Pascoal (Serta) **FEIRA NOVA (PE)**

EMPREENDEDORISMO NAS
ENCOSTAS DA SERRA GERAL





Na região das Encostas da Serra Geral, a Acolhida na Colônia é uma associação de agricultores de Santa Catarina criada em 1998, com a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo. A organização desenvolve uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento intensivo de agricultura e turismo.



A edição seguinte do III Intercâmbio ocorreu novamente na região Sul. Desta vez, a organização visitada foi o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), membro da Rede Jovem Rural, que recebeu os intercambistas durante os dias 22 de agosto e 1º de setembro de 2010.

O Cedejor é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criado em 2001, com o objetivo estimular o empreendedorismo juvenil, buscando assim promover o desenvolvimento territorial e a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

O Cedejor é pioneiro na implementação do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural

(PEJR), iniciativa do Instituto Souza Cruz que visa complementar a educação formal, direcionada a jovens agricultores familiares. Sua execução, vale lembrar, conta ainda com parcerias de instituições públicas e organizações sociais.

O roteiro de atividades foi dividido entre os núcleos da organização, que estão situados em territórios rurais dos três estados do Sul: Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul; Centro-Sul do Paraná; e nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. Foi justamente neste último que parte dos intercambistas desembarcou para conhecer um pouco do trabalho realizado pelos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) formados pelo Cedejor e seus diversos parceiros, como é o caso da

Valnério e Leila Assing
são proprietários da
pousada Doce Encanto



Acolhida na Colônia, com sede na pequena cidade de Santa Rosa de Lima.

EMPREENDEDORISMO NAS ENCOSTAS

A Acolhida na Colônia é uma associação de agricultores de Santa Catarina, criada em 1998, com a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo. Está integrada à rede francesa Accueil Paysan e desenvolve uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento intensivo de agricultura e turismo. Muitos dos jovens, filhos dos associados, são formados no PEJR e passam a atuar diretamente em empreendimentos com foco no turismo rural e na agroecologia.

O programa chegou ao Brasil pelas mãos da engenheira agrônoma Thaise Guzzatti. Em 1997, ela foi convidada pelo Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) para um estágio na França, com o objetivo de conhecer projetos de turismo rural. O contato feito com a Accueil Paysan resultou em um acordo de cooperação e, hoje, a Acolhida funciona como uma filial dessa rede.

“A ideia era buscar soluções que pudessem ser aplicadas na região. O trabalho seguinte foi adaptar o conceito a ser desenvolvido. Atualmente, somos a experiência mais bem sucedida fora da França”, explica Thaise. O serviço de hospedagem é feito na casa dos agricultores afiliados, com diferentes sugestões de roteiros. É possível conhecer o modo de vida, a culinária típica, além de explorar a bela geografia da região.

Os programas oferecem hospedagens simples e aconchegantes e o cuidado com o meio ambiente é destacado através da promoção da agricultura orgânica e de atividades que não agridem a natureza. Dessa forma, o visitante pode compartilhar, em harmonia, o modo de vida, as tradições e a cultura local – mas, acima de tudo, conhecer de perto a dinâmica dessa cidade, de pouco mais de dois mil habitantes, que é considerada a “Capital Catarinense da Agroecologia”.

Atualmente, em toda a região, existem cerca de 20 pousadas ou quartos coloniais que recebem em torno de 5 mil visitantes por ano, em busca dos atrativos naturais e culturais que caracterizam as Encostas. Junto à Acolhida da Colônia, são mais de 200 associados, envolvendo diretamente mais de mil beneficiários.



Os intercambistas conhecem o litoral catarinense em Florianópolis

AGREGANDO VALOR À PRODUÇÃO

O primeiro movimento para a obtenção dessa fama foi dado com a implementação de dezenas de agroindústrias em Santa Rosa de Lima, com o investimento inicial de R\$ 2 milhões oriundos do Programa Agroindústria Modulares em Rede, do Governo Federal. Parte desses agricultores está hoje filiada à Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO).

A associação, criada em 1996, surgiu da vontade de se buscar alternativas de geração de renda para o território. Era, ainda, uma forma de resgatar a qualidade de vida nesse meio rural e tentar reverter o quadro de esvaziamento na região.

O primeiro desafio dos agricultores veio com a proposta de um supermercadista local, que os estimulou a produzir hortifrutigranjeiros de forma

organizada e ecológica em grande escala para serem comercializados nas lojas da rede.

A partir daí, um grupo de quatro famílias passou a produzir mel, verduras e queijos orgânicos. O sucesso da empreitada estimulou novas associações. Hoje são mais de 21 agroindústrias que produzem e comercializam hortaliças, mel, melado, queijos, geleias, doces, molhos de tomate e açúcar mascavo, entre outros produtos certificados pela Ecocert Brasil – produtos que podem ser encontrados no supermercado catarinense GIASSI e nas redes Pão de Açúcar e Zona Sul, Walmart e Zafari.

Além dos supermercados, pessoas de todo o país podem comprar diretamente através do site AGRECO & Cia (www.agrecoecia.com.br), que recebe os pedidos online e entrega as cestas de produtos diretamente na casa dos clientes.

EU CONHEÇO O TRABALHO

Acompanho o Cedejor desde o início e afirmo, sem medo de errar, que esta organização realiza um belo trabalho. Destaco, em particular, o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) e as ações do projeto Jovens Rurais em Movimento, que estimulam a participação e o protagonismo dos jovens agricultores nas comunidades, organizações sociais e conselhos de desenvolvimento. Além da formação cidadã e empreendedora dos jovens, os projetos do Cedejor promovem o debate e mostram para sociedade e governos as pautas que motivam os jovens do campo, o que é vital para a construção de um rural “com gente”.

Outro destaque é a participação do Cedejor na Rede Jovem Rural. Dá gosto ver a injeção de ânimo nos jovens que participam de uma Jornada ou de um Intercâmbio, como os organizados por essa verdadeira Rede. Em resumo, o Cedejor tem ampliado as oportunidades e as capacidades de escolha para muitos jovens rurais, o que é muito bom para o futuro deles e para o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atuam.



RENI ANTONIO DENARDI

Reni Antonio Denardi é engenheiro agrônomo e mestre em Planejamento e Políticas de Desenvolvimento Rural. É servidor do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR) desde 1981, e delegado federal do MDA no Paraná desde 2004.

EU ESTIVE LÁ

Foi através do Intercâmbio que pude conhecer uma realidade muito diferente da minha, no Espírito Santo. O território das Encostas da Serra Geral tem características bem marcantes, desde o clima até as etnias e culturas locais. Porém, o que mais me chamou a atenção foi o coletivismo e a organização dos pequenos agricultores da região. Eles são, sobretudo, empreendedores e a diversificação das propriedades possibilita a elas variadas fontes de renda, o que garante sustento e independência. Trouxe muitos materiais, fotos e anotações para casa e já estou conversando com meus pais para implementarmos algumas dessas ideias. O Intercâmbio serviu também para me encorajar na elaboração do projeto de formação técnica no Mepes, que será de diversificação da propriedade. Em Santa Catarina, vi que essa mudança é possível e funciona muito bem!



EDMO BESSE RAMOS (MEPES)

Mimoso do Sul (ES)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

Simone Alves (Serta) RIBEIRÃO (PE)	Edmo Ramos (Mepes) MIMOSO DO SUL (ES)
Antonia Lopes (Escola da Floresta) SENA MADUREIRA (AC)	José Santos (PDIS Baixo Sul) NILO PEÇANHA (BA)
Everson Feorin (Mepes) ALFREDO CHAVES (ES)	Jussara Pereira (PAER) CAMPINA GRANDE (PB)
Joel Sacomori (Arcafar-Sul) BARÃO DO COTEGIPE (RS)	Taciane Cardoso (Arcafar-AM) BOA VISTA DO RAMOS (AM)
Anderson Biason (Arcafar-Sul) BARÃO DO COTEGIPE (RS)	Rosiane Arruda (Arcafar-AM) BOA VISTA DO RAMOS (AM)
André Monteiro (Escola da Floresta) BRASILÉIA (AC)	Wirlem Nunes (Arcafar-AM) BOA VISTA DO RAMOS (AM)
Marcelo Oliveira (Serta) RIBEIRÃO (PE)	Nerivando Teixeira (PAER) BOA VISTA (PB)

AGÊNCIA MANDACARU DE
COMUNICAÇÃO E CULTURA





A Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC) é uma organização criada e gerida por jovens do semiárido baiano, com sede no município de Retirolândia. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável da Região Sisaleira, através do fomento da cultura do sisal nos meios de comunicação locais.



Valorizar a cultura do Sisal é um dos objetivos do MOC

A Bahia teve o privilégio de sediar duas etapas do III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira. Depois do litoral, na região do Baixo Sul, o semiárido baiano foi o palco para a 6ª etapa, realizada entre os dias 5 e 15 de setembro no Território do Sisal. Onze jovens vindos de sete diferentes estados foram recebidos no município de Feira de Santana

pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), entidade parceira do Instituto Souza Cruz na implementação do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) e membro da Rede Jovem Rural. Divididos em duplas e trios, os participantes deixaram Feira de Santana prontos para explorar os municípios da região: Antônio Cardoso, Capim

Grosso, Retirolândia, Cansanção, Santaluz, Capela do Alto Alegre, Santanópolis, Valente e Irará.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Fundado em 1967, com sede no município de Feira de Santana, o MOC surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica. Gradativamente, foi se tornando autônomo, porém, mantendo as boas relações não apenas com a Igreja, mas também com outras denominações protestantes. Desde o começo, o objetivo do MOC foi despertar as pessoas para os seus direitos, incentivá-las a se organizar para que pudessem exercer sua cidadania.

A iniciativa se esboça com o desenvolvimento de atividades de apoio e fortalecimento de associações comunitárias rurais e urbanas. No início de sua atuação, a organização fomentou e fortaleceu a organização de entidades como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios da Região do Sisal. Desde então, o MOC tem contribuído para a busca do desenvolvimento integrado e sustentável da Região Sisaleira, priorizando o fortalecimento da sociedade civil organizada e ajudando para a atuação qualificada na gestão de políticas públicas.

O MOC tem como público prioritário de suas ações órgãos paritários de gestão, como Conselhos de Políticas Públicas, trabalhadores rurais, agricultores familiares, pequenos produtores urbanos, professores rurais, excluídos dos meios de produção, organizações populares, crianças e adolescentes em situação de risco social.

Para alcançar seus objetivos, a organização

desenvolve uma metodologia em que todos são considerados sujeitos da ação, construindo com as pessoas o processo do trabalho e de seu próprio desenvolvimento. O trabalho do MOC respeita e reflete criticamente, com as pessoas, valores, tradições e culturas, ao passo que busca promover o indivíduo como um ser capaz de conhecer e produzir conhecimento, acreditando na capacidade das pessoas mudarem a si mesmas e a realidade.

COMUNICAÇÃO E CULTURA NO SISAL

A Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC) é uma organização criada e gerida por jovens do semiárido baiano, com sede no município de Retirolândia. A agência é fruto do Projeto Comunicação Juvenil, uma parceria entre o MOC, Unicef e Instituto Credicard que, entre 2002 e 2004, formou 15 jovens comunicadores.

Após a conclusão do projeto, os jovens decidiram fundar uma agência, pois perceberam que a região era carente de serviços de comunicação e de produtos que mostrassem a realidade do semiárido, sem as distorções da grande mídia. Em 2008, a Mandacaru foi reconhecida pelo Ministério da Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

“Os movimentos sociais da região precisavam divulgar seus projetos e não havia essa percepção de que a comunicação institucional é importante e estratégica para uma organização. Além disso, a agência nos possibilitou um caminho para inserir os jovens nesses movimentos”, explica Camila Oliveira, presidente da AMAC.



Veículos locais
apresentam a realidade
da região sisaleira

O objetivo da Mandacaru é contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável da Região Sisaleira, através do fomento da cultura do semiárido nos meios de comunicação locais. Em pouco tempo, os jovens comunicadores ganharam espaço e destaque, virando referência na criação de produtos e serviços voltados para a região.

“A gente continua investindo na formação de novos correspondentes. Hoje, a equipe conta com sete aprendizes que no futuro poderão assumir a agência. Estes correspondentes produzem boletins, pautas, conteúdo para rádio, entre outros, e assim conseguimos uma boa atuação em nível regional”, explica Laudécio Silva, coordenador de Rádio da AMAC.

Atualmente, a Mandacaru tem uma atuação consolidada e, além do trabalho de capacitação de jovens, possui representação nos conselhos municipais, desenvolveu parcerias com a Unicef, Cipó Comunicação e com os coletivos municipais de jovens da região.

A agência ainda busca sustentabilidade e enfrenta os desafios como a renovação da equipe, uma maior abrangência territorial e a ampliação da rede de parcerias. “As instituições ainda precisam nos reconhecer como uma agência, como produtora de conteúdos de comunicação, mas estes são apenas alguns elementos que fazem o trabalho da Mandacaru mais desafiador”, finaliza Camila.

EU CONHEÇO O TRABALHO

O MOC tem a capacidade de manter a mesma qualidade de diálogo – aberto, respeitoso e digno – com as comunidades e as mais altas autoridades. O segredo é sua postura ética pautada nos Direitos Humanos. Com isso, a organização ganha um respeito que perpassa todos os seguimentos da sociedade. Apesar do saber acumulado em mais de 40 anos de atuação no Semiárido baiano, o MOC está sempre pronto para acessar novos conhecimentos, se atualizar e abrir possibilidades de novas parcerias, no mundo governamental e não-governamental, em prol da luta pelos direitos do povo de sua região: trabalhadores rurais, mulheres, crianças, adolescentes e jovens.

O fato de ter a cabeça no mundo e os pés permanentemente no chão da terra faz do MOC ator importante para o desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia e do Semiárido brasileiro. Merece destaque sua contribuição na garantia do direito de aprender para crianças e adolescentes do campo, por meio da promoção da educação contextualizada e de qualidade, da formação de educadores das redes públicas municipais, do desenvolvimento e implantação de materiais e metodologias como o Baú de Leitura e a educomunicação, assim como da erradicação do trabalho infantil.



RUY PAVAN

Ruy Pavan é formado em Pedagogia, com curso de Especialização em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para os estados da Bahia e Sergipe.

EU ESTIVE LÁ

A Mandacaru é uma iniciativa jovem que pude ver como funciona na prática. Levarei a iniciativa como exemplo e mesmo que eu não consiga implementar um projeto similar, levarei esta ideia adiante e incentivarei outros jovens que têm este sonho a realizá-lo.



CRISTIANA REHBEIN (CEDEJOR)

Candelária (RS)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Luis de Paula (AEFACOT) **CAMPINAÇU (GO)**
 Kesiah Oliveira (AEFACOT) **CRIXÁS (GO)**
 Antônio Assunção (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Robison Rodrigues (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Paloma Oliveira (Cedejor) **LAURO MÜLLER (SC)**
 Cristina Rehbein (Cedejor) **CANDELÁRIA (RS)**
 Valdomiro Kurasz (Cedejor) **MALLET (PR)**
 Marta Nascimento (Escola da Floresta) **FEIJÓ (AC)**
 Nelquides Viana (PAER) **SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS (PB)**
 Melkzedeqe Viana (PAER) **SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS (PB)**
 Geovânio Batista (PAER) **SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS (PB)**

MELIPONICULTURA NO BAIXO AMAZONAS





Na região do Baixo Amazonas, a cultura sustentável do mel cresce consideravelmente desde o início dos trabalhos da Casa Familiar Rural local. Em Boa Vista do Ramos, município de maior destaque na meliponicultura, a produção alcança a soma de R\$ 72 mil anuais.

Transporte fluvial faz parte da realidade de jovens ribeirinhos



O III Intercâmbio realizou sua sétima e mais aventureira etapa no estado do Amazonas, entre os dias 17 e 30 de setembro de 2010. Os intercambistas se deslocaram de barco pelo Rio Amazonas e afluentes até a Casa Familiar Rural localizada no Território Baixo Amazonas, a aproximadamente 270 km da capital Manaus. No município de Boa Vista do Ramos, a economia é baseada em atividades extrativistas, principalmente de pesca, madeira, cipós, plantas medicinais, essências, caça e castanha.

A população ribeirinha também desenvolve agricultura de pequena escala, destacando-se as culturas da mandioca, hortaliças e frutas (principalmente abacaxi, graviola, cana, guaraná e açaí). Porém, de lá já dá para perceber a presença da pecuária, da criação de suínos e

galinhas, atividades em expansão e que vem produzindo grande impacto ambiental sobre a floresta amazônica.

A CFR de Boa Vista do Ramos integra a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Amazonas (Arcafar-AM), responsável pela difusão da Pedagogia da Alternância no estado. Há oito anos a associação oferece formação técnica aos jovens ribeirinhos, em sua maioria residentes no município em visita que se deslocam por transporte fluvial fornecido pela prefeitura local, que repassa à escola os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). No roteiro preparado pela Arcafar-AM foram oferecidas oficinas de meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão),

Rio Amazonas foi uma das descobertas no maior estado brasileiro



machetaria com resíduos de madeira da floresta, pesca artesanal, produção da farinha de mandioca e fruticultura para o consumo doméstico.

MELIPONICULTURA

A boa prática registrada nesta etapa foi a produção de mel, cultura que vem se destacando na região desde o início dos trabalhos da CFR local. Só em

Boa Vista do Ramos, município de maior destaque na meliponicultura, a produção alcança a soma de R\$ 72 mil anuais, com a produção – os dados se referem à safra de 2004 – de 5 toneladas, por 170 pequenos agricultores.

A partir dos novos conhecimentos trazidos pela Pedagogia da Alternância e o apoio técnico do Instituto Iraquara, as famílias apostaram na



Produtores apostam na meliponicultura sustentável na Região Amazônica

meliponicultura como uma alternativa à produção do cacau, que sofria com a praga vassoura de bruxa. Para ocupar o espaço na propriedade, foram inicialmente colocados meliponários na intenção de produzir para o consumo doméstico. Em pouco tempo, os produtores fundaram a Associação dos Criadores de Abelhas Indígenas da Amazônia (ACAIA) e a Cooperativa do Mel (COOPMEL), possibilitando a comercialização para outras cidades no estado do Amazonas.

Em 2003, na unidade familiar de um dos alunos da primeira turma da Casa Familiar, foram investidos R\$9 mil com recursos próprios. Logo a seguir, um novo apoio veio através do Projeto Mel da Amazônia, da Petrobras, através da assistência técnica e logística na distribuição da produção nos barcos voadeiras. Só na unidade familiar em questão foram implementadas 600 colmeias, cada uma produzindo cerca de 4 kg (e custo de R\$250), alcançando a produção de 1,5 toneladas por ano.

O próximo desafio a ser vencido por esses pequenos produtores, que estão apostando na meliponicultura como forma de produção sustentável na Região Amazônica, é obter a certificação do Serviço de Inspeção Federal (SIF), responsável pela verificação dos requisitos mínimos para o consumo de produtos de origem animal (alimentícios ou não) no país. Dado esse passo, que está em processo, estima-se um maior aumento do valor agregado do produto, potencializado pela maior possibilidade de comercialização local e, quem sabe, até de exportação.

EU CONHEÇO O TRABALHO

A proposta de educação rural aplicada pela Arcafar-AM é fundamental quando pensamos na realidade da região. Um elemento-chave na questão amazônica diz respeito à produção de alimentos sem, por consequência, destruir a floresta. Trata-se de uma questão vital para os povos amazônicos e o tema precisa ser colocado no contexto da educação da região.

A Amazônia precisa de um modelo de capacitação específico para estas comunidades, abordando temas como composição do solo, sementes, manejo de recursos hídricos e tudo o que envolve este conceito produtivo que precisa ser contextualizado localmente. E este é, justamente, o diferencial da proposta da Arcafar-AM, que trabalha estes temas durante todo o ciclo de ensino.

Não somente na questão pedagógica, modular, mas também na prática, nas visitas às famílias e na assistência aos projetos dos seus alunos. Dessa forma, a associação projeta-se como um importante pólo formador de novos agricultores, capacitados para enfrentar o desafio de se ter uma propriedade produtiva e, ao mesmo tempo, em harmonia com o meio ambiente.



CARLOS MILLER

Carlos Miller foi diretor executivo da Fundação Vitória Amazônica, fundador e diretor executivo do Instituto Permacultura da Amazônia. É o atual representante da Fundação AVINA na Amazônia brasileira.

EU ESTIVE LÁ

O que me chamou mais a atenção no Intercâmbio foi a receptividade e acolhida das comunidades por onde passei. O povo amazônico é também muito unido e atencioso. Para minha felicidade, como meliponicultor, tive contato com muitas experiências e fiquei surpreso ao notar que praticamente todas as famílias em Boa Vista do Ramos criam abelhas melíponas. O Intercâmbio me proporcionou um momento de troca único e muitas das técnicas que aprendi já estão sendo implementadas na minha propriedade. Estou, inclusive, repassando estes novos conhecimentos para outros produtores vizinhos na minha região.



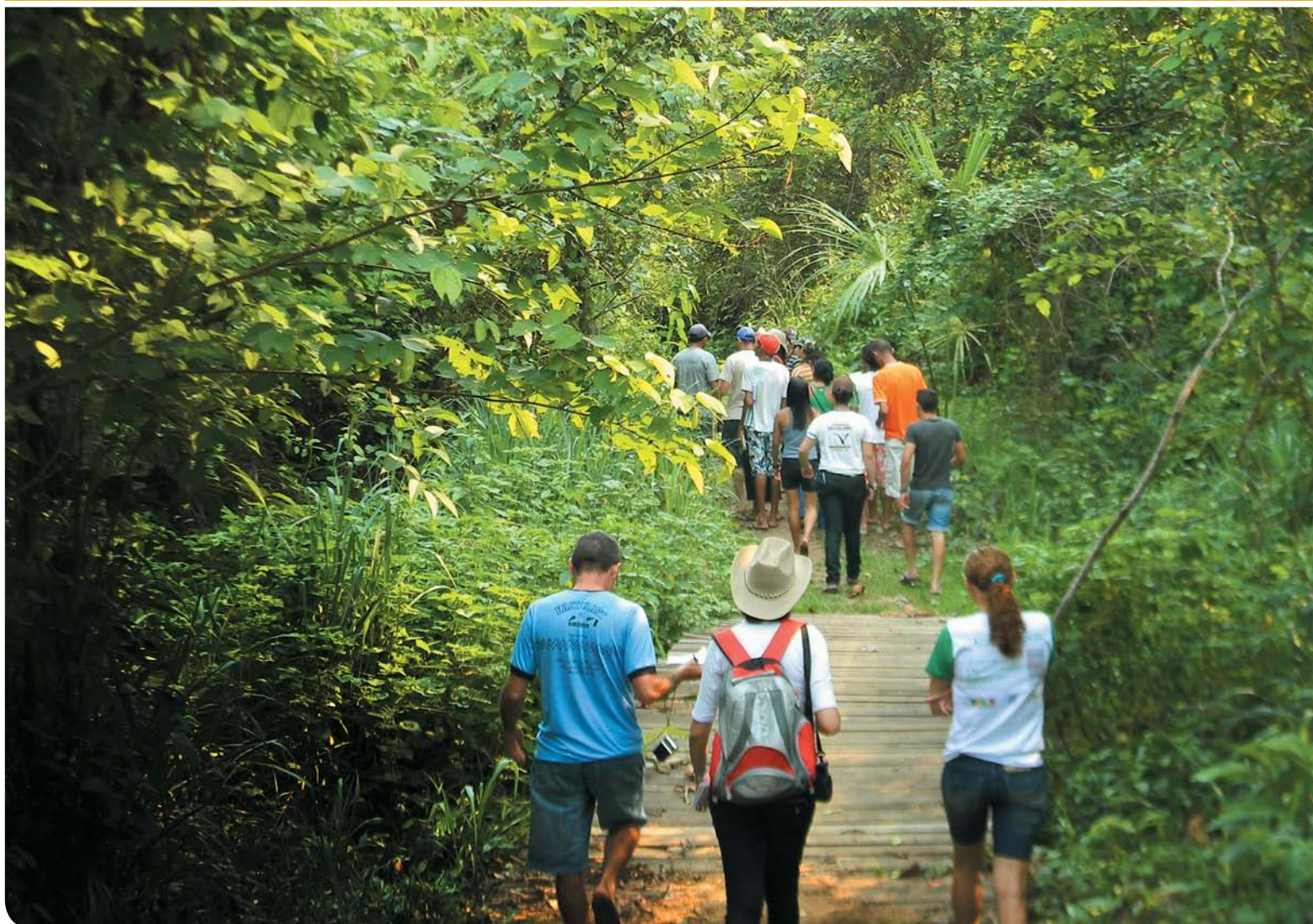
EVERARDO MOREIRA (ADEL)

Apuiarés (CE)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

Fernando Schoade (Arcafar-Sul) **QUILOMBO (SC)**
 Alex Romanzini (Arcafar-Sul) **QUILOMBO (SC)**
 Erivaldo Santos (PDIS Baixo Sul) **NILO PEÇANHA (BA)**
 Antonio Filho (PDIS Baixo Sul) **ITUBERÁ / BA**
 Ramalho Kaxinawá (Escola da Floresta) **TARAUACÁ (AC)**
 Erick Cruz (Mepes) **CASTELO (ES)**
 Clécio Santana (MOC) **PÉ DE SERRA (BA)**
 Janiclea Oliveira (MOC) **FEIRA DE SANTANA (BA)**
 Tatiane Faustino (Sertã) **TABIRA (PE)**
 Everardo Moreira (ADEL) **APUIARÉS (CE)**
 Roberto Martinez (IICA) **BRASÍLIA (DF)**

SISTEMA
AGROFLORESTAL (SAF)





O estado do Acre é recoberto por 88% de floresta amazônica. Porém, boa parte está sendo devastada principalmente pela expansão irregular da pecuária e pelas queimadas agrícolas. Um caminho para manter a floresta em pé, e ainda recuperar áreas degradadas, é o Sistema Agroflorestal, uma técnica que consorcia diferentes tipos de culturas.

Na oitava etapa do Intercâmbio, os jovens cruzaram o Brasil para chegar ao estado do Acre, onde foram recebidos no Centro de Educação Profissional Escola da Floresta Roberval Cardoso, mais conhecido como Escola da Floresta, localizado na rodovia Transacreaana, a 28 quilômetros de Rio Branco. O Centro foi criado pelo governo estadual com a missão de oferecer a jovens agricultores familiares de 22 municípios uma formação educacional vocacionada para o trabalho que valorize os recursos naturais, a cultura e os conhecimentos locais em favor do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Sob o preceito da “florestania”, termo cunhado para designar a cidadania dos povos da floresta, a escola surgiu em 2001. Naquele momento, a proposta de formar técnicos nas áreas de produção e meio ambiente ia ao encontro do entendimento do Acre como um estado florestal, que precisava de agricultores que valorizassem e mantivessem de pé a floresta que recobre todo seu território.

Contudo, apenas formar jovens técnicos não seria suficiente. Era preciso que eles também atuassem como agentes de mudança, de mentalidades e ações, em suas localidades. Por isso, a proposta educacional da Escola da Floresta incentiva os formados a retornarem a suas comunidades para propagar os aprendizados e promover um novo modelo de desenvolvimento.

Atualmente, são oferecidos três cursos: Técnico Florestal, em regime de internato; Técnico Agroflorestal; e Técnico em Agroecologia. Os dois últimos são financiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e ministrados em sistema de alternância: o educando passa três meses na

escola, e um em sua comunidade. Os três cursos têm duração de um ano e meio e computam cerca de 1.500 horas.

A unidade conta com uma estrutura de quatrocentos hectares, metade composta por florestas primárias e secundárias em vários estágios de sucessão, além de campos, igarapés e açudes, com a rica fauna e flora do bioma amazônico.

A Escola da Floresta é gerenciada pelo Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr, uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Educação e responsável pela educação profissional no Acre. Além da Escola da Floresta, estão dentro de seu escopo outros Centros de Educação Profissional (CEPs), nas áreas de saúde, serviços e desenvolvimento tecnológico. Eles atendem a jovens e adultos urbanos, rurais e indígenas, com a missão de garantir-lhes acesso à educação profissional pública de qualidade integrada às políticas de desenvolvimento sustentável e de inclusão social.

CONHECENDO O SAF

O estado do Acre é recoberto por 88% de floresta amazônica, da qual uma vasta área ainda apresenta espécies primárias. Porém, boa parte está sendo devastada principalmente pela expansão irregular da pecuária e pelas queimadas agrícolas.

Um caminho para manter a floresta em pé, e ainda recuperar áreas degradadas, é o Sistema Agroflorestal (SAF), uma técnica que consorcia culturas de longa duração, como espécies madeireiras nativas, com culturas de curta duração, como espécies frutíferas, leguminosas e até mesmo tubérculos. É importante que não haja competição entre as culturas.



Apesar de poucos produtores utilizarem o SAF no estado, a Escola da Floresta vem preparando técnicos conscientes sobre esse sistema ao oferecer o curso Técnico Agroflorestal, com a carga horária de 1.500 horas. A formação inclui atividades teóricas e práticas, onde o educando aprende a teoria em sala de aula, e depois a coloca em prática com o acompanhamento de mediadores.

Como parte da programação da etapa, os 12 intercambistas foram orientados pelo técnico agrícola Francisco de Assis Silva, mediador no curso Técnico Agroflorestal, na implantação de um SAF em uma área de 100 m² da escola. O objetivo da atividade foi transmitir aos jovens participantes o conhecimento prático da aplicação do sistema.

Segundo Assis, a interferência humana aliada à utilização de práticas devastadoras, máquinas e agrotóxicos chegaram a tal ponto que o homem não consegue mais conter o desequilíbrio biológico provocado por ele mesmo. “Com isso, a interação natural deixa de existir, não acontece mais a ciclagem de nutrientes, o ciclo da água é rompido, gerando um desequilíbrio ambiental, regiões secas, inundações, aquecimento global e outros

problemas climáticos”, destaca Francisco.

BENEFÍCIO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANETA

Neste cenário, o agricultor consciente que implanta o SAF, além de ajudar a evitar tais problemas ambientais, recupera as espécies nativas e consegue produzir preservando a floresta de pé. “O SAF é uma proposta para a agricultura familiar, para um produtor que quer produzir com qualidade e com foco na recuperação ambiental”, afirma Assis.

Outra grande vantagem apontada por Assis é que o produtor aproveita da área o oxigênio que é produzido pelas leguminosas, e o adubo orgânico que se decompõe ao longo dos anos. Dessa forma, ele não precisa comprar adubos específicos, pois a própria natureza produz o que necessita. “As culturas consorciadas também impedem o ataque das pragas, o que é rentável para o produtor e para a natureza”.

Assis acrescenta que, com o êxodo da juventude do campo, os mais velhos são forçados a trabalhar na roça, e o SAF não exige tanta força física do

Intercambistas aprendem a fazer a 'Muvuca de Sementes'

IMPLANTAÇÃO PRÁTICA DO SAF

1º PASSO: roçar a parte aérea, puxar a matéria orgânica, retirar os rizomas da área. Esse material deve ser separado, pois será utilizado no final do processo;

2º PASSO: separar o tamanho do terreno. No caso da escola, foi escolhido o tamanho de 10 x 10 – 100 metros quadrados, e separados espaços de 1,5;

3º PASSO: seleção das espécies que serão plantadas. As sementes foram coletadas na área da escola. Foram selecionadas espécies leguminosas, madeireiras e frutíferas, de matas primárias e secundárias: Cajá, taberibá, cacau, bacuri, açaf e buriti são frutas típicas da Amazônia.

DISTÂNCIAS

O abacaxi é a referência, uma vez que são plantados no formato de “tripé”, com distância de 0,50 cm.

As bananeiras foram plantadas com a distância de 3m uma da outra (tanto de comprimento quanto de largura). O feijãozinho foi plantado com a distância média de 20 cm, e o milho a cada um metro. Por fim, o Cumaru, o Feijão-de-Porco e o milho foram plantados separadamente devido ao ciclo de vida rápido.



Rapel para a coleta de sementes foi uma das atividades do intercâmbio

produtor. “Ao utilizar o SAF, o sistema trabalha para o agricultor, e não o contrário”, destaca o técnico agrícola. Ainda de acordo com ele, não é apenas a qualidade do alimento que impacta o consumidor. A forma de produção também influencia a decisão de compra, e por isso existe uma certificação do processo, e não do produto. Este atestado é realizado pela Associação de Certificação Sócio-Participativa da Amazônia (ACS Amazônia), que certifica as produções dos SAFs.

Assis também alerta: “O produtor ainda possui o olhar voltado para o agronegócio. É necessário que o consumidor tenha preferência por alimentos orgânicos, que proporcionam qualidade de vida. Só assim os agricultores optarão por práticas de manejo adequadas”.

DIFICULDADES

De acordo com Assis, o SAF pode ser implantado em qualquer lugar e bioma, mas mudando as espécies de acordo com a região. Também não há restrição de espaço. A dificuldade apontada pelo técnico agrícola é com relação às sementes, uma vez que a coleta das mesmas, muitas vezes, é insuficiente. Por isso, tornam-se caras e difíceis de serem encontradas “A solução, portanto, é que o próprio agricultor aprenda a coletar e a fazer seu banco de sementes”, recomenda Assis.

MUVUCA DE SEMENTES

A muvuca ou farofa de sementes é a junção de todas as sementes com adubo orgânico (esterco bovino). Após a mistura pronta, a mesma foi plantada na linha do abacaxi, a um palmo de distância de um para outro.

Assis destaca que, desta farofa plantada, podem crescer todas as espécies ou não. “Este sistema não deixa espaço para o capim crescer. Portanto, não é necessário utilizar enxada, gerando menos trabalho para o agricultor”, explica.

Assis acrescenta ainda que, caso o agricultor não queira produzir todas as espécies, basta ele podar as que não quer e utilizá-las como matéria orgânica para as outras espécies do SAF.

EU CONHEÇO O TRABALHO

Para nós é uma alegria poder fazer parte do esforço do Instituto Souza Cruz em propagar boas práticas de sustentabilidade no meio rural brasileiro. Dentre as muitas experiências exitosas do Acre nessa área, no campo da educação, um de nossos destaques é a Escola da Floresta, como um centro formador nas áreas de meio ambiente, agroecologia, florestas e organização comunitária. Tendo sido desenvolvida a partir de um colégio agrícola, no período de cinco anos de existência, a Escola já formou mais de 2300 jovens, sendo aproximadamente 350 em cursos de habilitação técnica. Jovens de comunidades rurais e florestais do todo o Estado. Com isso, por meio da educação para o trabalho, estamos criando condições para que famílias que antes dependiam exclusivamente dos técnicos do governo, possam melhorar a produtividade de suas áreas, acessar novas tecnologias e, principalmente, desenvolver métodos sustentáveis de produção, saindo do tradicional sistema de “corte e queima” que tanto mal faz à Amazônia e ao planeta.

Para isso a Escola conta com um referencial pedagógico avançado, estruturado em torno dos eixos “sustentabilidade”, “empreendedorismo social” e “organização comunitária”, voltado ao desenvolvimento de competências profissionais. É nossa intenção, inclusive, expandir essa experiência de sucesso para o interior do Estado, criando unidades de formação referenciadas na Escola da Floresta em diversas regionais do Acre. Poder compartilhar essa experiência com outras regiões, ao mesmo tempo em que temos a oportunidade de aprender com boas práticas educacionais espalhadas pelo país, muito nos orgulha e engrandece.



TIÃO VIANA

Tião Viana graduou-se em Medicina na Universidade Federal do Pará (UFPA), foi eleito senador em 1998 e reeleito em 2006. Em 2010, foi eleito governador do Acre.

EU ESTIVE LÁ

Fiquei impressionada com tudo o que vi na Escola da Floresta! Os técnicos e professores são muito profissionais e foco na preservação do meio ambiente foi algo que me marcou muito. Ter participado da implementação de um SAF foi também uma experiência riquíssima. Este sistema é, de fato, muito inovador e aproveita o espaço da propriedade como eu nunca tinha visto.



LUCIANA DEL PUPPO (MEPES)

Domingos Martins (ES)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Janaína Lorca (AEFACOT) **ITAQUIRAÍ (MS)**
 Meurimar Correia (AEFACOT) **QUERÊNCIA (MT)**
 Jônatas Brisil (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Raimunda Tavares (Arcafar-AM) **BOA VISTA DO RAMOS (AM)**
 Vinicius Barbosa (Arcafar-Sul) **SÃO JOÃO DO OESTE (SC)**
 Fernando Rodrigues (Arcafar-Sul) **PINHALZINHO (SC)**
 Vitor Schlickmann (Cedejor) **GRÃO PARÁ (SC)**
 Luciana Lírio (Mepes) **DOMINGOS MARTINS (ES)**
 Osneide Lima (MOC) **CANDEAL (BA)**
 Julivaldo Jesus (MOC) **VALENTE (BA)**
 Josias Almeida (PAER) **SERRA BRANCA (PB)**

AGROINDÚSTRIAS DE CAFÉ
NAS SERRAS CAPIXABAS





No Espírito Santo, a cultura do café tem passado por mudanças. Em algumas propriedades, a produção convencional está sendo convertida para a orgânica, e o seu beneficiamento é realizado nas agroindústrias familiares. Considerado de melhor qualidade, o café orgânico, que costumava ser exportado, hoje é demandado cada vez mais pelo mercado nacional.

Os jovens participantes da penúltima etapa foram recebidos pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), instituição pioneira na introdução da Pedagogia da Alternância no país, como alternativa aos efeitos da “revolução verde”, que resultou em grandes extensões de terra, mecanização da agricultura, utilização de defensivos agrícolas e conseqüentemente êxodo da população rural. A cultura do café é predominante nestas regiões até os dias atuais, e a produção do café arábico e conilon torna a atividade dos pequenos produtores capixabas praticamente uma monocultura.

O Mepes é uma instituição filantrópica, fundada em 1968 pelo Padre Humberto Pietrogrande, cuja sede está localizada no município de Anchieta. Seu objetivo é a promoção integral da pessoa humana, promovendo e desenvolvendo a cultura através de ações comunitárias relacionadas com os interesses dos agricultores, principalmente no que concerne à elevação de sua condição social, levando em conta seus aspectos culturais, econômicos, ambientais, de saúde e educacionais.

Neste último campo, destaca-se o trabalho realizado através das 18 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), que foram sendo instaladas, desde o final dos anos 1960, em 15 municípios capixabas; incluindo o Centro de Formação do Mepes, situado em Piúma, destinado à preparação de especialistas em Pedagogia da Alternância. As EFAs possuem projeto pedagógico articulado à realidade agrícola, com base num método participativo que se realiza através do diálogo com os agricultores.

No roteiro de atividades estavam previstos a separação dos intercambistas em duplas para as EFAs de Castelo, Garrafão, Olivânia, Mimoso do

Sul, Marilândia e Alfredo Chaves localizadas nos Territórios Sul-litorâneo, Águas e Montanhas, Caparão e Centro-Serrano. Os jovens puderam conhecer experiências de cooperativas e agroindústrias de café, associações de produtores locais, consórcios de crédito rural e assentamentos de reforma agrária.

BENEFICIAMENTO DO CAFÉ ARÁBICO ORGÂNICO

Uma dessas iniciativas se encontrava no Território Águas e Montanhas, no qual a presença das comunidades de origem europeia é um aspecto marcante. A grande maioria da população é formada por alemães, pomeranos e holandeses, com forte presença da igreja Luterana que diagnosticou o aumento de doenças entre os agricultores no município de Santa Maria de Jetibá. A partir desta constatação, a igreja buscou projetos e organizações não-governamentais europeias para contribuir na solução do problema. A alternativa apresentada para a comunidade, formada principalmente por agricultores familiares, foi a “agricultura alternativa” – atualmente mais conhecida por “agroecologia”.

A unidade familiar Rossmann, uma das visitadas pelos intercambistas, é formada por três gerações e a propriedade foi adquirida com os recursos obtidos através da herança dos pais. Anteriormente, por cerca de doze anos, a família de colonos trabalhava como meeiros no cultivo de café, com intensa utilização de agrotóxicos. As questões de saúde foram determinantes para a opção pela mudança para a agricultura alternativa, em detrimento do sistema convencional. O período de transição, vale ressaltar, durou mais sete anos, indo de 1986 a 1993.

O incentivo da igreja Luterana, através da parceria com as organizações europeias, foi importante não só pela opção pelo sistema orgânico, como também para que a propriedade recebesse a certificação adequada – no caso, através da organização Chão Vivo. Em 2003, o café Romavary ganhou, finalmente, o seu selo de qualidade, que atesta sua origem de produção orgânica, e pode ser comercializado. A empresa de torrefação Meridiano foi a primeira a comprar dos cafeicultores, através de uma negociação que incluía ainda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras ONGs.

No entanto, o interesse pelo café orgânico ainda era pequeno no mercado interno. A saída? Exportação para a Europa e EUA. Assim, além da certificação nacional, os cafeicultores tiveram que se submeter a uma auditoria internacional, que obedece os requisitos das normas CEE 834/2007 e CEE 889/2008 da União Europeia. O importante é que a primeira experiência, aqui no Brasil, foi fundamental para tornar mais fácil a obtenção da certificação da União Europeia – o que aconteceu também, logo a seguir, no caso dos Estados Unidos, onde também pode-se tomar um cafezinho com gosto capixaba.

A propriedade em questão possui 17 hectares, situada numa altitude de 822 metros. Possui muitas nascentes e é cercada por montanhas. Além do café arábico, são produzidos leite, feijão, frutas, aves caipiras e hortaliças. Toda produção está integrada, recebendo a utilização de esterco das aves e gado para adubação, milho para alimentação animal, feijão, frutas, hortaliças e leite para consumo familiar. Nos 17 hectares, estão incluídos 5,5 somente de mata nativa. Por lá, não se pratica a queimada – forma tradicional de preparação do solo considerada, atualmente, ecologicamente inadequada.

A agroindústria foi construída com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No processo de produção, o café precisa ser colhido, separado e lavado no mesmo dia. Após esta primeira fase, o café é descascado, suspenso no terreiro e colocado para secar, num cimentado, em horas de forte calor. A seguir, o produto é torrado e sofre nova moagem.

Depois de seco, o café é beneficiado fora da propriedade, numa máquina que limpa e faz o polimento dos grãos. A máquina, terceirizada para o

Intercambistas
visitam o secador de
café na EFA de Castelo



serviço, coloca o café em sacas de 60kg, rotuladas com a marca Romavary. Anualmente, a produção alcança cerca de 5 toneladas de pó (ou 100 sacas).

Mais recentemente, o aumento da demanda interna por café orgânico, considerado de melhor qualidade, afetou a estratégia de privilegiar a exportação. Desde 2009, após a crise econômica que abalou o mundo, houve redução das vendas para a Europa e EUA. Por outro lado, o consumo ampliou-se em cidades próximas, do próprio Espírito Santo, mas também do Rio de Janeiro. Com isso, o mercado nacional tornou-se o principal destino desse precioso produto de origem orgânica.

OS BLENDS DE CASTELO

Em outro território capixaba, o Centro Serrano, os intercambistas puderam conhecer novas propriedades produtoras de café. Neste caso, porém, o modelo predominante de cultivo é o convencional. Também aqui, a altitude e clima, de temperaturas baixas, são bem propícios para esta cultura, especialmente para o do tipo arábico. Porém, no Centro Serrano, onde também existem localidades mais baixas e quentes, é encontrado o café conilon. Segundo os agricultores, se permanecer o ritmo das mudanças climáticas, haverá interferência na escolha do tipo de café a ser produzido.

Na unidade familiar Cecotti, no município de Castelo, os intercambistas puderam ver como se dá o processo de beneficiamento dos chamados blends, que consiste na junção de café arábico (30%) e da variedade conilon (70%). De origem

italiana, esta família de agricultores se dedica à cultura do café já a cinco gerações, desde a chegada dos primeiros colonos. Mas, em terras próprias, os Cecotti estão desde 1973, quando obteve a escritura das terras através do INCRA.

O beneficiamento da produção só pode se concretizar em 2002, com recursos oriundos do Pronaf. Atualmente, a propriedade possui 34 hectares, que comportam 60 mil pés de café em 70% do terreno. Nos outros 30%, a família dedica-se a cultivos de autoconsumo, tal como banana, mandioca, milho e feijão.

Um dos fatores de sucesso dessa propriedade é a assistência técnica proporcionada pelo Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER), que através de seus técnicos e engenheiros agrônomos orientam sobre a análise de solo, uso de fertilizantes e novas técnicas de cultivo.

Mas o que os intercambistas descobriram é que a qualidade do café depende, sobretudo, de um bom manejo, que se inicia pela colheita dos grãos cereja. Posteriormente, os grãos verdes também são colhidos quando estiverem maduros. Os estágios do fruto são de floração, chumbinho e granação (período em que a sua massa aumenta). Os grãos cerejas necessitam ser levados no mesmo dia para a despoldadora, no intuito de evitar a fermentação dos grãos, não comprometendo a qualidade do produto final.

É essa fama que garante a boa comercialização do café Cecotti, que tem produção anual de 12 toneladas, bem conhecido em Castelo e arredores.

EU CONHEÇO O TRABALHO

O Mepes é uma instituição que carrega valores muito importantes para a construção de uma sociedade que se deseja civilizada e moderna. Ele surge no final da década de 1960 como sonho do Padre Humberto Pietrogrande, que percebia a educação como instrumento para a promoção e valorização do ser humano, especialmente daqueles que vivem no campo.

O Mepes inovou ao trazer para o Brasil a Pedagogia da Alternância, que valoriza, sobretudo, a importância da família e da comunidade como fonte de conhecimento a ser compartilhado. Os saberes locais, em consonância com o ensino formal, promovem um processo educativo diferenciado e adequado à realidade das famílias que vivem no meio rural. Este movimento trouxe ao agricultor capixaba ânimo, esperança e a fé de que é possível viver no campo de forma sustentável, harmoniosa e digna.



PAULO HARTUNG

Paulo Hartung é economista formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Foi senador em 1998 e, em 2003, foi eleito governador do estado do Espírito Santo, sendo reeleito em 2006.

As Escolas Famílias Agrícolas formam a linha de frente do trabalho do Mepes, que também avança na área da assistência saúde. Por meio da sua atuação, os jovens têm a oportunidade de acessar uma formação educacional e profissional cujos efeitos vão além dos ganhos individuais. Com a ação educacional do Mepes, tem-se um reforço adicional dos vínculos comunitários e somam-se iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, constituindo-se um fator para o desenvolvimento sustentável capixaba.

Ainda no começo de minha caminhada política, nos anos 1980, como deputado estadual, fui autor da lei que equiparou as escolas do Mepes às escolas públicas, permitindo ao Movimento acesso a recursos para a manutenção e a expansão de suas atividades educacionais.

Que o exercício de sua nobre missão encontre sempre campo aberto nas terras capixabas. Afinal, há mais de quatro décadas, o trabalho do Mepes vem mostrando que a oferta de oportunidades é o melhor caminho para alcançarmos a prosperidade compartilhada.



CÉSAR COLNAGO

César Colnago formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Em 2007 assumiu a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag). Em 2002, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 2006. Em 2010, tornou-se Deputado Federal.

EU ESTIVE LÁ

Na minha região não há o cultivo do café. Então, conhecer de perto essa cultura já foi por si uma experiência riquíssima. Durante o Intercâmbio, o que mais me chamou a atenção foi a forma como os agricultores familiares capixabas utilizam a terra. Eles alternam o plantio e aproveitam ao máximo o espaço da propriedade, cultivando diferentes variedades de produtos em poucos hectares e, inclusive, em meio a terrenos acidentados, muito comum na região. Em relação às agroindústrias de café, o que mais se destaca, tomando como exemplo a experiência da família Rossmann, foi a independência destes agricultores, que dominam toda a cadeia produtiva, desde o plantio até o beneficiamento do café torrado e moído. Eles são, de fato, empreendedores, e sabem onde querem chegar.



VIRGÍNIA ALMEIDA (SERTA)

Tuparetama (PE)

LISTA DOS INTERCAMBISTAS

- Maycon Furtado (AEFACOT) **PORTO NACIONAL (TO)**
 Sidália Cruz (PDIS Baixo Sul) **NILO PEÇANHA (BA)**
 Deib Nascimento (PDIS Baixo Sul) **NILO PEÇANHA (BA)**
 Paloma Ventura (PDIS Baixo Sul) **NILO PEÇANHA (BA)**
 Marcos Monteiro (Escola da Floresta) **FEIJÓ (AC)**
 Elimar Silva (Escola da Floresta) **PORTO WALTER (AC)**
 Arlete Anjos (MOC) **ARACI (BA)**
 Adiene Araújo (Serta) **TUPARETAMA (PE)**
 Virgínia Almeida (Serta) **GLÓRIA DO GOITÁ (PE)**
 Marcelo Izaías (Cedejor) **VENTANIA (PR)**
 Josiane Silva (Cedejor) **ORTIGUEIRA (PR)**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DUAS SERRAS





A Associação Comunitária Duas Serras, criada em 1997, é um dos destaques do Cariri paraibano. Empregando 21 funcionários e envolvendo mais de 100 produtores da região, a organização está gerando renda para cerca de 600 famílias com o beneficiamento da castanha de caju.

A cultura do Cariri
paraibano encantou
os visitantes



A última etapa do III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira, realizada entre 28 de novembro e 8 de dezembro, teve o Cariri Paraibano como pano de fundo. Recepcionados pelo Programa de Apoio à Educação Rural (PAER), responsável pela etapa, os 11 jovens perceberam rapidamente que o calor humano dos sertanejos é proporcional às altas temperaturas do semiárido.

Em apenas 10 dias de atividades, os intercambistas mergulharam na realidade da região, em uma programação que contemplou visitas técnicas, trilhas ecológicas, apresentações culturais e passeios históricos. Os municípios visitados foram: Campina Grande, Serra Branca, Parari, São José dos Cordeiros e São João do Cariri. Diferente da maioria das outras etapas, em que os jovens dividiram-se em grupos, no PAER os intercambistas permaneceram juntos no Sítio Farias (sede da organização) por quase toda a viagem, fortalecendo os laços de amizade e proporcionando uma troca de experiências mais rica.

O PAER foi fundado em 1987, fruto da ação de um grupo de agricultores, professores e técnicos da área rural que tinha como objetivo geral de animar e viabilizar uma educação adequada às necessidades do meio rural e à profissão do agricultor, com foco na sustentabilidade dos territórios rurais. Com o lema “Agricultura é Saber”, a organização tem em seu contexto de atuação o binômio Educação/Alimentação e, partindo dessas duas questões, centraliza seus esforços em iniciativas como as Escolas Roçado e o Programa de Difusão e Capacitação em Tecnologia Alternativa. As duas frentes muitas vezes trabalham juntas e se distribuem em domínios de intervenção distintos.

ASSOCIADOS PARA MUDAR

A Associação Comunitária Duas Serras começou a ser desenhada em 1997 quando um grupo de moradores, insatisfeitos com a falta de oportunidades para a agricultura familiar, decidiu por conta própria inverter o quadro de evasão e desemprego que tomava conta da região. Evanildo Oliveira de Araújo, fundador da associação, conta que, na época, pouca gente acreditou que a iniciativa daria certo e houve muita resistência da população. “As pessoas debochavam e não acreditavam que através da associação nós poderíamos trazer melhorias para a localidade. Tivemos que lutar muito e colocar as ideias em prática para que todos vissem que o negócio era sério”, explica Evanildo.

Desde então, a vida dos moradores de Duas Serras mudou substancialmente. Através da Associação, a comunidade participa do programa Arca das Letras, tem telefone público instalado, sinal de Internet, telecentro próprio... além de outros projetos já aprovados e em vias de serem executados, como a construção de biodigestores, a inauguração de um chafariz (para melhor abastecer a região de água) e a construção de passagens “molhadas” para melhorar o acesso à comunidade.

O mais ambicioso e ousado projeto, porém, teve início apenas em 2009. Através de uma parceria com a Fundação Elo, a associação conseguiu um capital de giro de R\$ 22 mil para a construção de uma unidade de beneficiamento de castanha de caju (a contrapartida foi a mão de obra, formada por pessoas da comunidade). A unidade era um sonho antigo de todos os associados que





Serra do Jatobá é um dos pontos turísticos do Cariri

perceberam o potencial que a região oferecia, além da amplitude que o projeto poderia alcançar, estimulando produtores da região e gerando emprego na própria região. “Com a unidade em funcionamento, conseguimos uma resposta para o principal desafio que motivou a nossa criação”, comemora José Geovânio da Silva, atual presidente da associação comunitária.

Além da construção da unidade de beneficiamento e da instalação do maquinário, uma equipe de associados fez intercâmbios e capacitações, através de parcerias com Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae-PB),

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Hoje, a associação emprega 21 funcionários e envolve mais de 100 produtores da região, beneficiando cerca de 600 famílias. Antes de começarmos, as famílias possuíam três ou quatro cajueiros. Atualmente, a média é de dez pés por propriedade”, explica Evanildo. O quilo da castanha é vendido por R\$ 16 e comercializado também em saquinhos de 50g e 500g, nas versões torrada com sal e *in natura*.

EU CONHEÇO O TRABALHO

Filho de família típica das comunidades rurais do semiárido brasileiro, com pai agricultor e mãe dona de casa, tive oportunidade de me qualificar, tornando-me educador. Acompanho com entusiasmo o trabalho do PAER que, há 24 anos, educa jovens em suas comunidades, dando-lhes oportunidades de desenvolvimento e fixação no local, executando seus projetos envolvendo seus núcleos familiares, suas histórias e suas raízes. A qualificação oferecida pelo PAER é reflexiva, permitindo uma intervenção competente e consciente com pleno respeito a um ambiente saudável. Por outro lado, alerta as autoridades para o fato de que ninguém pode ficar indiferente à conjuntura do povo campesino.



JOSÉ MARCOS GONÇALVES VIANA

José Marcos Gonçalves Viana é engenheiro eletrônico, Mestre em Física, Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Foi secretário de Educação de Pocinhos (PB), Pró Reitor de Recursos Humanos da UFCG e presidente do Conselho Municipal de Educação de Campina Grande.

EU ESTIVE LÁ

Ao longo de 10 dias de vivência percebi como o empreendedorismo é importante no Cariri Paraibano., principalmente em relação ao caju. As pessoas têm muita criatividade e trabalham bastante para viver com dignidade no campo. Eu não tinha noção do quanto é trabalhoso o beneficiamento da castanha. Gostei de ver a articulação da Associação Comunitária Duas Serras, 100% envolvidos no processo, desde a produção até a comercialização. O caju é uma ótima alternativa de renda para aquela população e a iniciativa merece ser divulgada.



WALLACE BOONE HAESE (MEPES)

Santa Maria de Jetibá (ES)

Francisco Brito e as duas filhas produzem mais de 10 tipos de frutas em Serra Branca



LISTA DOS INTERCAMBISTAS

Itamar Lopes (AEFACOT) **QUERÊNCIA (MT)**
 Edson Mallmann (Arcafar-Sul) **SAUDADES (SC)**
 Luan Dallelaste (Arcafar-Sul) **SEARA (SC)**
 Adilton Santos (PDIS Baixo Sul) **TANCREDO NEVES (BA)**
 Ângelo Moleta (Cedejor) **IMBITUVA (PR)**
 Tadeu Haese (Mepes) **SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)**
 Wallace Haese (Mepes) **SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)**
 Robson dos Santos (MOC) **TUCANO (BA)**
 Gerian Silva (MOC) **TUCANO (BA)**
 Luis Vasconcelos (Adel) **APUIARÉS (CE)**
 Maria Aparecida de Sousa (Adel) **GENERAL SAMPAIO (CE)**

ONDE ENCONTRAR

SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA (SERTA)

Campo da Sementeira, s/n
Zona Rural, Glória do Goitá – PE
CEP: 55620-000
Telefone: 81-3658-1278
Site: www.serta.org.br

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Av. Luís Viana, 2.841 – Ed. Odebrecht – Paralela
Salvador – BA
CEP: 41730-900
Telefone: 71-3206-1752
Site: <http://www.fundacaoodebrecht.org.br>

**ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO
CENTRO-OESTE E TOCANTINS (AEFACOT)**

Rua Enéas Bretas, 50 – Centro
Orizona – GO
CEP: 75280-000
Telefone: 64-474-2725

**ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES DO
SUL DO BRASIL (ARCAFAR-SUL)**

Rua Minas Gerais, 141 Sala 02
Centro, Barracão – PR
CEP: 85700-000 – Caixa Postal: 51
Telefone: 49-3644-1349
Site: www.arcafarsul.org.br

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL
(CEDEJOR)**


Rodovia Haroldo Soares Glavan, 3964, Casa 01
Cacupé, Florianópolis – SC
CEP: 88050-005
Telefone: 48-3389-2477
Site: www.cedejor.org.br

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC)

Rua Pontal, 61
Cruzeiro, Feira de Santana – BA
CEP: 44022-052
Telefone: 75-3322-4444
Site: www.moc.gov.br

**ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES
RURIS DO AMAZONAS (ARCAFAR-AM)**

Rua 02, Casa 03
Residencial Villa Nova, Cidade Nova, Manaus – AM
CEP: 69095-000
Telefone: 92-9982-0805



ESCOLA DA FLORESTA – INSTITUTO DOM MOACYR

Rodovia Transacreeana, km 20
Rio Branco – AC
CEP: 69.908-970 – Área Rural
Telefone: 68-2106-2900
Site: www.idep.ac.gov.br

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO
ESPÍRITO SANTO (MEPES)**

Rua Costa Pereira, 129, Centro
Anchieta – ES
CEP: 29230-000, Caixa Postal: 35
Telefone: 28-3536-1151
Site: www.mepes.org.br

PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO RURAL (PAER)

Caixa Postal 188, ECT Centro
Campina Grande – PB
CEP: 58100-970
Telefone: 83-3333-2399



PRESIDENTE

Dante Letti

DIRETORIA

Dimar Frozza

Fernando Pinheiro

CONSELHO FISCAL

Alberto Brandão

Leonardo Senra

Paulo Ayres

GERÊNCIA

Luiz André Soares

COORDENAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Rodolfo Lobato

ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIAIS

Aline Maia

Helen Janata

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Andrea Guedes

Guilherme Mattoso

ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA

Aline Loureiro

Rua da Candelária, 66 – 4º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.091-900
Telefone: (21) 3849-9619
Fax: (21) 3849-9778
www.institutosouzacruz.org.br
institutosouzacruz@institutosouzacruz.org.br

REDE JOVEM RURAL

www.jovemrural.com.br

